UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
FACULDADE DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS
CURSO DE GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS ECONÔMICAS

ROBSON DA SILVA ANDRADE

DESEMPENHO DO SETOR AGROEXPORTADOR BAIANO: UMA ANÁLISE DE 1989 A 2007.

SALVADOR
2008

ROBSON DA SILVA ANDRADE

DESEMPENHO DO SETOR AGROEXPORTADOR BAIANO: UMA ANÁLISE DE 1989 A 2007.

Versão final do trabalho de conclusão de curso apresentado no curso de Ciências Econômicas da Universidade Federal da Bahia como requisito parcial à obtenção do grau de Bacharel em Ciências Econômicas.

Orientadora: Profª. Drª. Gilca Garcia de Oliveira

SALVADOR

2008

Ficha catalográfica elaborada por Vânia Magalhães CRB5-960

Andrade, Robson da Silva
A553 Desempenho do setor agroexportador baiano: uma análise de 1989 a 2007/Robson da Silva Andrade. __ Salvador, 2008.
57 f. : il.: graf.; quad.
Trabalho de conclusão de curso (Graduação em Ciências Econômicas) Universidade Federal da Bahia, Faculdade de Ciências Econômicas , 2008.
Orientador: Profª.Drª. Gilca Garcia de Oliveira.
1. Exportações – Agricultura – Bahia 2.Comércio internacional 3. Commodities agrícola I. Oliveira, Gilca Garcia de II.Título

CDD – 382.41

ROBSON DA SILVA ANDRADE

DESEMPENHO DO SETOR AGROEXPORTADOR BAIANO: UMA ANÁLISE DE 1989 A 2007.

Trabalho de conclusão de curso apresentado como requisito parcial para obtenção do grau de Bacharel em Economia, Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade Federal da Bahia.

Aprovada em____ de novembro de 2008

Orientador: _____

Prof. Drª. Gilca Garcia de Oliveira

Faculdade de Economia da UFBA

_____

Prof. Dr.Henrique Tomé da Costa Mata

Faculdade de Economia da UFBA

_____

Ana Paula Alcântara dos Anjos

Economista da Secretaria da Agricultura da Bahia - SEAGRI

Dedico este trabalho a minha mãe, a mulher mais guerreira de todas as mulheres, e que me deu a oportunidade de realizar um sonho: entrar na UFBA.

AGRADECIMENTOS

Agradeço antes de tudo a minha mãe, por tornar possível o meu ingresso na UFBA, tanto no apoio financeiro quanto ao psicológico; bem como ao meu padrasto Sérgio e meu irmão Ícaro. Uma outra pessoa importante nesse trabalho foi meu ex-padrasto, Valtrudes Lopes, que me politizou e contribuiu de forma decisiva na minha formação humana e ética, um verdadeiro mestre. Aos colegas e amigos que me acompanharam na faculdade, referências para toda uma vida.

Em especial quero agradecer a minha orientadora Gilca Garcia, meu principal referencial nesse trabalho e que aturou durante esses quase dois anos de estudo, com muita paciência e cordialidade. Obrigado pela sua orientação, que ultrapassou esse trabalho monográfico.

A Josenildo Canário, da PROMO, pelos dados e informações fornecidos e pela gentileza e presteza. A Ana Paula Alcântara, técnica da SEAGRI, pelos esclarecimentos de dúvidas e pelo material bibliográfico cedido e, por fim, por ter aceitado fazer parte da minha banca examinadora.

A todos os funcionários e professores da Faculdade, em especial, a Lielson, Mariza e a Vânia pela sua contribuição dentro e fora da sala de aula.

Por fim, gostaria de agradecer a Deus por me proteger e me fazer crescer a cada dia.

RESUMO

Este trabalho monográfico tem por finalidade fazer uma análise da taxa de crescimento dos principais produtos componentes da pauta de exportação agrícola do estado da Bahia. O ponto em destaque é a emblemática abertura econômica brasileira ocorrida no início da década de 1990, calcada numa desregulamentação fiscal e tributária e que teve como conseqüência uma maior relação de trocas comerciais do estado da Bahia com o setor externo. Frente a esse cenário busca-se desenhar e inferir sobre o desempenho dos seis principais produtos agrícolas exportados pelo Estado durante o período da abertura comercial até os anos recentes, avaliando assim a evolução durante o período de 1989 a 2007, a luz do modelo econométrico log-lin. A exceção do cacau que teve um acréscimo negativo , de 36,96% em média, nas exportações agrícolas os demais produtos tiveram crescimento, a exemplo da fruticultura que teve um acréscimo sustentado anualmente, em média, de 22,34%.

Palavras-chave: Setor agroexportador. abertura econômica. *Commodities* agrícolas; comércio internacional: Bahia.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Gráfico 1 - Participação do PIB Agropecuário no PIB Total, em percentual, Bahia 1980/2003..... 31

Gráfico 2 - Participação das exportações agrícolas nas exportações totais, em percentual, Bahia 1989/2007..... 32

Gráfico 3 - Participação do PIB do Agronegócio no PIB Total, em percentual, Bahia, 1990-2003..... 33

Quadro 1 - Principais Produtos exportados –Bahia, em média, 1989-2007..... 40

Gráfico 4- Participação dos seis principais produtos agrícolas exportados em relação ao total das exportações agrícola baiana, em percentual, 1989 a 2007..... 40

Gráficos 5 - Exportações agrícolas da Bahia – Principais produtos, em toneladas..... 41

Tabela 1 - Resultados das estimações de taxa de crescimento..... 43

Quadro 2 - Teste d de Durbin-Watson: Regras de decisão. 44

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO..... 08

2 ABORDAGEM TEÓRICA..... 11

2.1 AS TEORIAS DO COMÉRCIO INTERNACIONAL E AS RECENTES ESTRATÉGIAS COMERCIAIS..... 11

2.2 O PROCESSO DE ABERTURA COMERCIAL NO BRASIL E O NOVO CONTEXTO INTERNACIONAL..... 18

3 CONDICIONANTES RECENTES DA ECONOMIA BAIANA..... 25

3.1 TRANSFORMAÇÕES RECENTES E IMPACTOS..... 25

3.2 O COMÉRCIO EXTERIOR AGRÍCOLA DO ESTADO DA BAHIA..... 29

4 ASPECTOS RELACIONADOS À METODOLOGIA..... 37

5 A COMPOSIÇÃO DA PAUTA EXPORTADORA DO SETOR AGRÍCOLA DO ESTADO..... 39

5.1 A PAUTA AGROEXPORTADORA BAIANA..... 39

5.2 A EVOLUÇÃO DO SETOR AGROEXPORTADOR BAIANO..... 42

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS..... 49

REFERÊNCIAS..... 52

1 INTRODUÇÃO

As exportações têm uma grande importância na economia de um país, seja na geração de divisas e de emprego, seja no equilíbrio macroeconômico através da balança comercial. A diversificação de mercados e de riscos, melhor desenvolvimento de recursos humanos e o aprimoramento da qualidade são elementos fundamentais ao analisar as exportações num cenário globalizado da economia.

Com a abertura comercial brasileira, na década de 1990, as exportações das *commodities* agrícola tornam-se elementos fundamentais, pois, foram utilizados no ajuste cambial, a então âncora verde. Acreditava-se, porém que a abertura comercial aumentaria a produtividade de todos os segmentos econômicos do País, sobretudo dos setores competitivos, como é o caso do setor agrícola. No entanto, as dificuldades ainda enfrentadas pelo setor agroexportador parecem longe de um resultado positivo devido a barreiras tarifárias, não-tarifárias, fitossanitárias, ambientais e de ordem técnica impostas pelos países importadores.

O discurso de liberalização econômica e a progressiva abertura dos mercados, num contexto de reciprocidade, constituíram um estímulo indispensável para o desenvolvimento das trocas de bens e serviços, fator fundamental ao crescimento econômico. No entanto, no setor agrícola essa abertura econômica ocorreu dentro de certas limitações e as negociações internacionais ganharam destaque em toda década 1990.

O setor agroexportador foi durante muito tempo a base da economia baiana e se complementava com a economia de subsistência praticada em quase todas as suas regiões. Durante décadas essa dinâmica foi comandada pelo cacau, que era o principal produto agrícola estadual e o seu maior gerador de divisas. Com a crise do cacau no final da década 1980, outros produtos agrícolas ganham destaque na pauta de exportação e o modelo produtivista apareceu de forma mais incisiva nas distintas regiões do estado.

As grandes revelações recentes do setor agroexportador da Bahia são a soja e as frutas. A primeira encontrou nos cerrados baianos condições climáticas favoráveis; amplo e disponível potencial agrícola, recursos hídricos abundantes, o que propiciou o desenvolvimento de uma

agricultura moderna, com o uso de tecnologia de ponta. E a segunda se desenvolveu em torno do médio e baixo São Francisco, principalmente a partir do sistema de irrigação.

O que acontece no Brasil guarda certa similaridade com o que ocorre na Bahia pois, mesmo com um elevado teor de participação dos produtos agrícolas na pauta de exportação, verifica-se uma grande concentração em poucos produtos .

O objetivo deste estudo é analisar as eventuais modificações estruturais do setor agroexportador baiano que num contexto de abertura comercial, calcada numa desregulamentação fiscal e tributária e, num novo contexto internacional, tem ampliado as trocas comerciais do Estado. Para isso, busca-se verificar o desempenho dos setores mais dinâmicos da economia agroexportadora, nesse caso os mais representativos na pauta de exportação em toda a década de 1990 até 2007. Sendo assim, esse trabalho busca fornecer subsídios aos formuladores de políticas públicas, quanto às tendências dos principais produtos do ramo agroexportador, para o delineamento de suas linhas de atuação.

Um setor agroexportador dinâmico e competitivo garante uma série de efeitos positivos numa economia tanto pela geração de divisas e o conseqüente equilíbrio macroeconômico, quanto para o desenvolvimento tecnológico da região. Dessa forma, as economias subdesenvolvidas têm, nessa atividade, uma fonte importante de geração e manutenção de crescimento econômico.

Este estudo se divide em mais três seções, além desta introdução e das considerações finais. O segundo capítulo faz uma análise do comércio internacional no campo da história do pensamento econômico, que vai desde os mercantilistas até as estratégias recentes. Em seguida busca-se analisar as transformações, no âmbito do modelo econômico e institucional, ocorridas no Brasil durante a década de 1990, bem como as mudanças no contexto internacional.

O terceiro capítulo busca analisar as transformações recentes ocorridas na economia baiana, principalmente no âmbito agroexportador. Faz-se ainda uma avaliação dos possíveis efeitos da política macroeconômica brasileira, bem como das mudanças no comércio internacional agrícola no setor agroexportador baiano. Em seqüência avalia-se o comércio exterior do agrobaiano bem como sua importância histórica na economia e as especificidades do comércio agrícola mundial.

O quarto capítulo é direcionado aos aspectos metodológicos do trabalho econométrico que fora desenvolvido nesse estudo. A forma funcional do modelo log–lin, as fontes de dados atrelados a Nomenclatura Comum do Mercosul, bem como e os períodos levantados são igualmente apresentados também nessa seção.

No quinto capítulo é apresentado, inicialmente, a composição da pauta dos principais produtos do segmento agroexportador baiano, de acordo a média do *quantum* exportado no período da análise. Avalia-se também nesse tópico a importância desses produtos na pauta de exportação agrícola total. Na última seção é feita uma análise das taxas de crescimento das principais culturas agroexportadoras do Estado, a partir do modelo log-lin, e da qualidade da estimação. O cacau, por exemplo, que já fora o principal vetor do setor agroexportador baiano apresentou uma taxa de crescimento negativo em detrimento da fruticultura baiana, que teve no mesmo período, uma taxa de crescimento positiva, sustentada anualmente.

2 ABORDAGEM TEÓRICA

2.1 AS TEORIAS DO COMÉRCIO INTERNACIONAL E AS RECENTES ESTRATÉGIAS COMERCIAIS

A discussão sobre o comércio internacional é uma questão bastante controversa no debate econômico. O estudo dos determinantes das trocas comerciais internacionais tem sua evolução ligada à própria evolução da Economia enquanto ciência.

Compreender as possibilidades de desenvolvimento econômico inclui necessariamente uma discussão sobre o comércio internacional. É evidente que há bastante influência do comércio exterior na economia estadual, e esta está muitas vezes associada aos efeitos de transbordamentos que os segmentos exportadores apresentam quando comparadas de forma análoga com os segmentos não-exportadores (OLIVEIRA, 2007).

No campo teórico os Mercantilistas foram pioneiros em estabelecer uma relação causal entre crescimento econômico e o comércio exterior. Para estes autores, cujas principais obras são datadas do século XVII, as autoridades políticas tinham que estimular tanto o comércio doméstico quanto o internacional com o propósito de gerar novas fontes de receita.

Esses pensadores consideravam o Estado um elemento fundamental e de grande relevância nas relações comerciais. Um país teria êxito se a balança comercial fosse superavitária, pois as divisas oriundas desse intercâmbio permitiriam o acúmulo de ouro e prata. As regulamentações do comércio exterior e dos transportes passaram a ser imprescindíveis para aumentar o fluxo de dinheiro para dentro do País e, ao mesmo tempo, diminuir importações (HUNT, 1982).

É nesse período, de formação do sistema capitalista, que surge na França um grupo de reformadores sociais, que mais tarde ficariam conhecidos como Fisiocratas. Esse Grupo era formado por discípulos de François Quesnay (1694-1774) que acreditavam que a agricultura era o único setor produtivo da economia.

> Os fisiocratas consideravam o excedente agrícola um presente da natureza e acreditavam que só através do contato direto com a natureza, na produção extrativa

> ou agrícola, que o trabalho humano poderia trazer um excedente. Os agricultores eram, portanto, chamados de classe produtiva. Os produtores de mercadorias industrializadas eram chamados de classe estéril, não por que não produzissem, mas porque o valor do que produziam era, presumivelmente, igual aos custos necessários de matérias-primas mais os necessários salários de subsistência dos produtores. (HUNT, 1982, p.58).

Os principais expoentes da Teoria Clássica do Comércio Internacional, Adam Smith e David Ricardo buscaram compreender o padrão de trocas entre as nações através das vantagens comparativas.

Diferente das idéias Mercantilistas, Adam Smith acreditava que as intervenções, as regulamentações, as concessões de monopólio e os subsídios especiais do Estado tenderiam a alocar mal o capital e a diminuir o bem-estar econômico. Isso porque esses atos intervencionistas restringem os mercados, diminuindo, assim, a taxa de acumulação do capital, o que reduz o grau de divisão do trabalho e, dessa maneira o nível de produção social.

A riqueza de um País, para esse autor, é resultado do aumento da produtividade do trabalho, que é conseqüência da divisão do trabalho. Como a divisão do trabalho é limitada pela extensão do mercado, a abertura comercial torna-se de fundamental importância para o aumento da produtividade de um País.

De acordo com essa concepção, o País deve exportar as mercadorias que consegue produzir a menor preço e/ou a menor custo, nesse caso, ele deve possuir vantagens comparativas absolutas em relação ao resto do mundo. Dessa forma a nação que ao se especializar na produção de mercadorias que possui maiores vantagens comparativas absolutas, em termos de custos, aumenta a sua produtividade e, consequentemente, a receita e a riqueza social.

Os países exportam, segundo a visão de Smith, os produtos nos quais seus custos de produção absolutos sejam menores e importam aqueles nos quais seus custos de produção absolutos sejam superiores aos de seus parceiros comerciais. O resultado seria o aumento da produção, da riqueza das nações e do bem-estar mundial, como um todo. A lógica por trás da teoria das vantagens absolutas smithianas está ligada à especialização absoluta (OLIVEIRA, 2007).

> Quaisquer que sejam os países ou regiões com os quais se comercializa, todos obtêm dois benefícios do comercio exterior. Este faz sair do país aquele excedente da produção da terra e do trabalho para qual não existe demanda no país, trazendo de volta em troca, alguma outra mercadoria da qual há necessidade. O comércio exterior

> valoriza as mercadorias supérfluas do país, trocando-as com alguma outra que pode atender a uma parte de suas necessidades e aumentar seus prazeres (SMITH, 1996, p.430).

O papel do governo para Smith deveria ser essencialmente limitado, pois, elementos puramente individuais tais como o egoísmo e a ganância iriam convergir numa harmonia social, tendo sido simbolizado posteriormente como a mão invisível do mercado.

Não obstante a relevância da contribuição de Smith com sua análise via custos absolutos, muitas questões permaneciam não respondidas, tendo em vista as diferenças entre as estruturas produtivas dos países e seus graus de desenvolvimento. Torna-se dessa maneira questionável defender uma abertura comercial geral como meio de alcançar um maior bem-estar na sociedade, dada a existência de tal complexidade e diversidade produtiva entre as nações.

David Ricardo foi quem primeiro advertiu sobre a insuficiência analítica da teoria smithiana do comércio internacional. Na Teoria Clássica do Comércio Internacional, Ricardo fez avanços notórios na compreensão de Adam Smith teorizando sobre as vantagens comparativas relativas. De acordo com essa concepção os países exportarão os bens produzidos com trabalho interno de modo relativamente eficiente e importarão bens produzidos pelo trabalho interno de modo relativamente ineficiente.

Ricardo observou que a idéia de vantagens absolutas pode ser utilizada para se determinar o padrão de comércio interno de um País que apresente perfeita mobilidade dos fatores de produção, mas não para o comércio internacional, onde há a presença de imobilidade e ou baixa mobilidade dos fatores de produção (OLIVEIRA, 2007).

Diferente das vantagens comparativas absolutas de Smith, as vantagens comparativas relativas estão esboçadas nos diferentes custos de oportunidades de produção entre as nações. Ricardo usou a análise hipotética dos custos de produção de vinhos e tecidos em Portugal e na Inglaterra.

O autor coloca então, que mesmo que um País seja produtivamente superior a todos os outros com quem pode comercializar, ou seja, mesmo que ele tenha vantagens absolutas de custos para todos os produtos que produz e consome, haverá benefícios para que este País se engaje

nas trocas internacionais e melhore, assim, o bem-estar de sua sociedade como um todo. Ao considerar dois países, as vantagens comparativas são aquelas que determinarão em última instância, quem irá produzir determinado bem. Se as quantidades de trabalho socialmente necessárias forem iguais haverá uma especialização em ambos os países.

O foco analítico diferencial de Ricardo em relação a Smith é a análise a partir de bases relativas de produtividade entre as nações, sendo estas a chave para o entendimento do porque da existência de comércio internacional de bens assim como do padrão de trocas comerciais entre as nações.

> Num sistema comercial perfeitamente livre, cada país naturalmente dedica seu capital e seu trabalho à atividade que lhe seja mais benéfica. Essa busca de vantagem individual está admiravelmente ao bem universal do conjunto dos países. Estimulando a dedicação ao trabalho, recompensando a engenhosidade e propiciando o uso mais eficaz das potencialidades proporcionadas pela natureza, distribui-se o trabalho de modo mais eficiente e econômico, enquanto, pelo o aumento geral do volume de produtos, difunde-se o benefício de modo geral e une-se a sociedade universal de todas as nações do mundo civilizado por laços comuns de interesse e de intercâmbio (RICARDO, 1996, p. 97).

A partir dos pressupostos do modelo ricardiano, pode-se observar, seguramente, que os mesmos não são boas representações da realidade e, por isso, suas conclusões devem ser devidamente qualificadas e posicionadas. As desconsiderações a respeito do custo de transporte, de estratégias empresariais e do próprio papel das economias de escala devem ser pontuados como um dos interesses de comercializar (KRUGMAN; OBSTFELD, 1999).

Ao considerar que, cada nação possui apenas um fator de produção, acaba-se por limitar o grau de realidade do seu modelo e, ainda assume-se que todos os países ganharão com o comércio. Entretanto, na prática, o comércio internacional tem fortes e distintos efeitos sobre a distribuição de renda.

Os teóricos Heckscher e Ohlin introduzem o fator terra na perspectiva clássica. Existe uma preocupação desses autores em formatar um modelo mais próximo da realidade. A terra e o trabalho passam a ser os únicos fatores de produção dos países considerados hipoteticamente, e a vantagem fica apoiada na abundância relativa desses fatores. “A contribuição central de Heckscher, que Ohlin desenvolveu em seguida, consiste em explicar a troca internacional com base na abundância ou na escassez relativa dos vários fatores de produção de que são dotados os países” (BADO, 2004, p. 07).

Aconselha-se que a nação deve especializar sua produção em mercadorias que necessitem de um fator de produção que seja abundante em seu território e, fazendo o intercâmbio com mercadorias, cujo fator de produção seja escasso.

Uma outra corrente teórica explica o comércio internacional a partir das economias de escala, pautadas no modelo de concorrência imperfeita. De acordo essa concepção as grandes empresas concentradas em determinados países ao produzirem em larga escala diminuem o custo médio e, conseqüentemente, determinam um preço menor que as firmas de pequeno porte.

As peculiaridades do País podem ser importantes, mas a estratégia oligopolística global é prevalecente. Como as empresas obtêm lucros acima dos normais, a relevância dos custos comparativos no curto prazo é menor na tomada de decisões (OLIVEIRA, 2002).

Outras correntes teóricas se desenvolveram ao longo do séc. XX. No entanto, no que se refere aos objetivos e ao próprio escopo do presente trabalho essas teorias se fazem dispensáveis.

Essas diversas teorias que explicam o comércio internacional tornaram-se inadequadas para explicar a realidade. A extensa história de teorias que remontam à obra dos mercantilistas passando por Adam Smith e David Ricardo, dentre outros citados, estavam fundamentados à realidade sócio-histórica do período em questão.

No contexto atual não é a dotação de fatores fixos que explica a vantagem comparativa, mas sim as vantagens criadas. No contexto internacional globalizado e de desenvolvimento tecnológico, bem distinto daquele cenário observado por Adam Smith e David Ricardo no séc. XVIII, o padrão de comércio é explicado a partir de outras premissas.

Os pressupostos da vantagem comparativa dos fatores foram mais persuasivos nos séculos XVIII e XIX, quando muitas indústrias estavam fragmentadas, a produção usava mais mão-de-obra e menos especialização e grande parte do comércio refletia as diferenças nas condições de crescimento, recursos naturais e capital (PORTER, 1993).

A nova Teoria do Comércio Internacional desenvolve uma abordagem com foco nas estratégias empresariais dentro das nações como mecanismo de grande relevância para o entendimento do comércio entre as nações.

> Considera-se que, com a globalização dos mercados e a crescente mobilidade de fatores como máquinas e equipamentos, pesquisas e desenvolvimento, qualificação humana, o potencial explicativo do comércio internacional por meio das vantagens comparativas será cada vez menor (OLIVEIRA, 2002, p. 28).

Estratégia competitiva é o conjunto de planos, políticas, programas e ações desenvolvidas por uma empresa ou unidade de negócios para ampliar ou manter, de modo sustentável, suas vantagens competitivas frente aos concorrentes. O nível de competitividade alcançado pela empresa ou unidade de negócios depende de fatores sistêmicos, estruturais ou empresariais (BADO, 2004).

A competitividade das empresas de um País depende da capacidade dessas, em atingir altos níveis de produtividade. Entende-se por produtividade o valor que é produzido por uma unidade de trabalho ou capital.

> Se não houvesse competição internacional, o nível de produtividade alcançável pela economia de um país independeria, em grande parte, daquilo que ocorresse em outras nações. O comércio internacional e o investimento estrangeiro, porém, proporcionam tanto a oportunidade de elevar o nível de da produtividade nacional como ameaçam seu aumento e, até mesmo, sua manutenção. O comércio internacional permite ao país aumentar sua produtividade, eliminando a necessidade de produzir todos os bens e serviços dentro do próprio país (...) O crescimento constante da produtividade exige que a economia melhore constantemente. As empresas dos países devem elevar, incessantemente, a produtividade das indústrias existentes, melhorando a qualidade do produto, acrescentando elementos desejáveis, apurando a tecnologia do produto ou intensificando a eficiência da produção. (PORTER, 1993, p. 7).

A manutenção e a criação da vantagem competitiva estão atreladas a determinantes, que estão inseridos, de forma sistêmica no cenário deste País. As condições de demanda, condições de fatores, presença ou ausência de indústria correlatas e de apoio e a estrutura e rivalidade das empresas são os principais determinantes e devem estar articulados internamente e inseridos na economia do País (PORTER, 1993).

As conjugações desses fatores com a atuação governamental e o acaso completam o sistema. Sendo assim, em última análise, os países obtém êxito em determinadas indústrias porque o

ambiente nacional é dinâmico e desafiador, dessa maneira, estimulam as firmas, os setores produtivos a se aperfeiçoarem e ampliarem suas vantagens, no decorrer do tempo.

De acordo essa teoria, a intervenção governamental não gera vantagem competitiva duradoura quando não direcionada a melhorar a competitividade sistêmica. O câmbio, a taxa de juros, a política tributária geram apenas uma competitividade espúria, não sustentada no longo prazo.

As intervenções governamentais somente têm efeitos duradouros sobre as vantagens competitivas quando direcionadas para melhorar a competitividade sistêmica, isto é, criando um ambiente mais favorável para a operação das empresas: melhorias na infra-estrutura econômica e social, qualificação dos recursos humanos, sistema de financiamento, sistema tributário, estabilidade econômica e política (NAKANO, 1994).

Dada a complexidade que o tema envolve, não existe uma estrutura teórica única que analise de forma completa as diretrizes do jogo do comércio internacional. A “evolução” da teoria deixa claro que o comércio entre as nações foi observado como uma ferramenta fundamental de análise no processo de construção e desenvolvimento econômico.

Apesar de o sistema capitalista estar atualmente configurado de uma forma onde elementos como a concorrência centra-se cada vez mais no domínio do conhecimento e da informação explicando o comércio internacional, as vantagens competitivas naturais não tendem a desaparecer. As vantagens naturais ganham um peso menor nas atuais relações de comércio internacional dado à própria modernização do capital agrícola, no entanto, ainda continuam importantes principalmente quando se trata da produção e comercialização de *commodities* agrícola.

2.2 O PROCESSO DE ABERTURA COMERCIAL NO BRASIL E O NOVO CONTEXTO INTERNACIONAL

A abertura econômica brasileira representou, dentre outras perspectivas, o fim do Modelo de Substituição de Importações (MSI). Na literatura econômica este Modelo pode ser definido como um projeto de desenvolvimento nacional no qual as mercadorias importadas vão sendo substituídas por produtos fabricados internamente (FILGUEIRAS, 2006).

Para Tavares (1978) o processo de substituição de importações deve ser compreendido como um sistema econômico de desenvolvimento parcial e fechado que, respondendo às restrições de comércio exterior, procurou repetir aceleradamente, em condições históricas e sociais distintas, as experiências de industrialização dos países desenvolvidos.

O MSI foi impulsionado pela crise enfrentada pelo capitalismo em 1929 e pela Segunda Guerra Mundial. Esses eventos colocavam dificuldades para as exportações do País e, em conseqüência, restringia as importações (FILGUEIRAS, 2006). Nestas circunstâncias, abriram-se espaços para a industrialização. A partir de então começou um processo que completaria os elos da cadeia industrial brasileira até o fim da década de 1970.

Com o fim do regime militar e o nascimento da nova Constituinte, o Brasil envolveu-se num imenso debate sobre o desenvolvimento econômico. A partir daquele momento e, durante toda a década de 1990, o discurso liberal de políticas de combate à inflação se fez acompanhar das chamadas reformas estruturais: abertura comercial e financeira, privatizações, quebras dos monopólios estatais e ajuste fiscal, todas de viés pró-mercado (FILGUEIRAS, 2006).

A posse de Fernando Collor significou a ascensão ao poder das políticas liberais no Brasil assumindo dessa maneira, o ideário do Consenso de Washington: um conjunto abrangente de regras de condicionalidade aplicadas de forma cada vez mais uniformizada aos diversos países e regiões do mundo, para obter apoio político e econômico dos governos centrais e dos organismos internacionais. Trata-se também de políticas macroeconômicas de estabilização acompanhadas de reformas estruturais liberalizantes (TAVARES, 1993).

Neste contexto deu-se o Plano Collor que, dentre outros escopos, diminuía incisivamente os impostos sobre produtos importados e, no que diz respeito às exportações, diversos subsídios foram cortados, reduzindo os incentivos que beneficiavam os exportadores. A nova Política Industrial e de Comércio Exterior extinguiu a maior parte das barreiras não-tarifárias herdadas do período de substituição de importações e definiu um cronograma de redução das tarifas de importação. Extinguia-se o sistema de anuência prévia para importações e a exigência de um programa para importar.

Com o esgotamento do MSI o mercado externo passou a ser visto como elemento dinamizador, num processo que ficou conhecido por integração competitiva da economia

brasileira (LUCAS, 2005). Nesse contexto, buscou-se uma estratégia de integração à economia mundial, incorporando o mercado externo como elemento importante na trajetória de crescimento econômico do país (MAIA; LIMA, 2001).

> As mudanças introduzidas no modelo de desenvolvimento da economia brasileira nos anos noventa foram radicais: as liberalizações econômicas e do comércio internacional, a reforma da participação do Estado na economia, à criação do MERCOSUL, a desindexação bem sucedida do Plano Real, o controle da inflação, as políticas monetária, cambial e outras mais. Em um resumo muito simplificado, deixamos décadas de um modelo extremamente fechado, para outro que, apesar de alguns problemas, inseriu o Brasil de modo mais aberto na economia internacional, abrindo novas e promissoras perspectivas (MELO, 2002, p.03).

O Plano Real implantado em 1994 pode ser visto como a extensão macroeconômica e lógica das reformas implementadas na década de 90, tanto por exercer maior impacto sobre o crescimento da economia como por gerar as condições políticas para levá-las adiante. Apesar das reformas liberalizantes feitas na economia, a inflação persistia como entrave e dificultava o esperado ganho de produtividade e eficiência.

A nova moeda, o Real, mais valorizada que o dólar, possibilitou o controle da inflação através do mercado externo. A abertura da economia, com a queda abrupta das alíquotas do Imposto de Importação articulada com o câmbio nominal relativamente estável e com o Real sobrevalorizado frente ao dólar foram as razões fundamentais para a derrubada da inflação, nos primeiros anos do plano (FILGUEIRAS, 2006).

O fato é que o Plano Real, ao estabilizar a economia, pelo menos no que tange à inflação, possibilitou que os agentes econômicos, agora inseridos num contexto de abertura comercial, tivessem uma mínima visão de longo prazo. A política de estabilização, daí decorrente, produziu dentre outras coisas, um redesenho da estrutura do Estado, na sua forma de atuação na economia e na formatação de suas políticas públicas e sociais (FILGUEIRAS, 2006).

O novo cenário macroeconômico colocava o papel da agricultura a diminuir os sucessivos *déficits* comerciais no inicio da década 1990, bem como no ajuste cambial. No entanto é a partir do Plano Real que o agronegócio torna-se tábua de salvação para a estabilidade da moeda, ocasião na qual ficou conhecido como âncora verde (VIANA, 2004). As taxas de juros elevadas passam a ter grande importância nesse período, servindo como âncora cambial, numa permanente situação de instabilidade macroeconômica, expressa principalmente na fragilização do balanço de pagamentos.

As medidas de liberalização comercial, tomadas nesse período, apresentam diversos propósitos quais sejam forçar os produtores domésticos a alcançar níveis de produtividade (ULHOA, 2008). Além de melhorar o desempenho de indicadores macroeconômico, principalmente no que tange o controle da inflação, pois, através daquela os produtos importados tiveram suas alíquotas extintas e ou diminuídas substancialmente (MAIA; LIMA 2001).

Uma outra explicação, não menos importante, é incrementar a integração produtiva do Brasil com as demais cadeias produtivas mundiais. O mundo contemporâneo está se direcionando para uma economia mundial sem fronteiras e fazendo com que as economias nacionais se tornassem independentes.

De acordo com Guimarães *apud* Menezes (2006), em seu desenho original, essa política compreendia: 1) uma política de liberalização comercial, orientada para a remoção da estrutura de proteção erigida nas décadas anteriores e para a exposição dos setores econômicos, principalmente da indústria brasileira, à concorrência externa; e 2) uma política de competitividade, destinada a apoiar todos os segmentos produtivos, no intuito de aumentar a eficiência e a induzir as transformações requeridas na estrutura produtiva e assim dotar os segmentos produtivos de condições para enfrentar a maior concorrência dos produtos importados e alcançar maior penetração no mercado externo.

Para melhor compreender o processo de abertura comercial deve-se articular nessa análise a formação de blocos econômicos, que foram se consolidando no decorrer da década 90. Estes são criados com a finalidade de facilitar o comércio entre os países membros. Adotam redução ou isenção de impostos ou de tarifas alfandegárias e buscam soluções em comum para problemas comerciais.

A abertura econômica aprofunda as mudanças no regime de importações do país, iniciadas em 1988, com destaque para a eliminação das restrições não-tarifárias, a manutenção da redução gradual das alíquotas de importação, agora através de um cronograma de redução tarifária, e a abolição da maior parte dos regimes especiais de importação. No período 1988/93, o governo reduziu de maneira drástica a proteção aos produtores nacionais. Duas reformas, em 1988 e1989, promoveram a queda da tarifa média sobre as importações, que baixou de 51% para 35% (GIAMBIAGI; MOREIRA; PINHEIRO, 2001).

> A liberalização comercial, em particular, embora se houvesse iniciado com a redução tarifária de 1988, somente se tornou efetiva em 1990, com a eliminação de restrição não-tarifárias (como o Anexo C, que listava cerca de 1.300 produtos com importação proibida) e redução adicional de tarifas. (RESENDE; NONNENBERG; MARQUES, 1997, p.14).

O destino das exportações, dentro dessa nova ordem, considera apenas os blocos, e não um país isoladamente, que estabelecem restrições tarifárias, aduaneiras e fitossanitárias, e não menos importantes restrições ligadas às condições sociais dos países (VIEIRA; SOUZA, 2007). A formação de blocos econômicos aparece nessa perspectiva como uma forma de proteger a economia doméstica do resto do mundo, já que as políticas econômicas, sobretudo a política comercial dentro dos blocos tendem a ser harmônicas.

> (...) um comércio mais livre e as vantagens obtidas através da cooperação internacional e das políticas nacionais tendem a gerar um maior bem-estar econômico. Nesse contexto, a integração econômica regional surge reduzindo e/ou eliminando as barreiras tarifárias impostas à importação e/ou exportações de bens e serviços dos países membros (áreas preferenciais de comércio), bem como permitindo um maior desenvolvimento dos setores econômicos através de incentivos aos investimentos nas atividades com potencial de crescimento para o comércio internacional. (VIEIRA; SOUZA, 2007, p.04).

As formulações de políticas agrícolas passaram a ser amplamente discutidas nesse período, levando em consideração uma maior complexidade e maior número de variáveis que alteram a competitividade agrícola de um estado, de um país.

Dessa forma, as medidas protecionistas que vão desde aspectos tarifários até padrões de proteção ambiental, têm afetado a economia baiana pois, a maioria desses produtos voltados para o comércio externo não possui certificado em relação à qualidade técnica e à proteção do meio ambiente.

> Os planos perpetrados pela Organização Mundial de Comércio (OMC), e que deveriam beneficiar os países de economia mais frágil, geralmente são favoráveis aos países desenvolvidos, que são os maiores parceiros comerciais, os quais costumam, através de barreiras e do desrespeito ao Acordo Geral de Tarifas de Comércio (GATT), proteger os seus produtores menos competitivos. (CERQUEIRA; SCHMITZ, 2002, p. 41)

A eliminação das tarifas aduaneiras ainda persiste nas negociações entres os países, principalmente as concernentes ao setor agrícola, apesar de a globalização ter sido determinante nas relações comerciais internacionais onde elementos como a produtividade, a logística de entrega e a qualidade do produto são fundamentais.

Na agricultura, as políticas liberais nunca atingiram sua plenitude devido à própria especificidade do setor e subsídios dos países desenvolvidos às culturas agrícolas menos competitivas internacionalmente. A conjugação de regras pouco claras e a liberalização tímida de alguns mercados importantes do primeiro mundo fizeram com que os resultados tenham ficado muito aquém das expectativas.

Uma outra perspectiva que aparece nesse contexto são as mudanças na tendência da demanda externa: preferência por produtos provenientes de empresas que tenham responsabilidade social e ambiental; discriminação de empresas que utilizam práticas como trabalho infantil, salário vil, etc.; crescimento da demanda da China; crescimento do número de compradores que praticam o comércio justo movimento internacional, notadamente ativo na Europa, e pela ampliação do acesso ao mercado de pequenos produtores, economicamente em desvantagem estrutural; elevação do consumo de produtos naturais, lights, orgânicos.

A grande problemática sobre o comércio multilateral agrícola tem sido discutida pelas instituições internacionais há tempos, bem antes da abertura comercial dos anos 1990. As negociações a respeito de regras de liberalização do setor agrícola foram colocadas pela primeira vez pelo Grupo Cairns dentro da Rodada do Uruguai em 1986, pois até então os bens agrícolas não tinham seu comércio regulamentado. Os países em desenvolvimento não se sentiram satisfeitos com o resultado da Rodada, argumentando que, até então, haviam aberto seu mercado aos bens e serviços produzidos pelos países desenvolvidos, sem receber nada em troca.

As negociações subseqüentes aparecem com a Rodada Doha cujo nome formal é "Agenda Doha de Desenvolvimento" e tem como objetivo principal diminuir o arsenal protecionista dos países desenvolvidos para produtos agrícolas, em troca de concessões aos países em desenvolvimento de bens industriais e serviços (BADARÓ, 2008).

Na última rodada de negociações, ocorrida em julho de 2008, as medidas de salvaguardas especiais na agricultura foram a principal divergência entre os países desenvolvidos e os ditos emergentes.

O fracasso dessas reuniões é explicado por Alaby (2008) pela alta proteção dos países desenvolvidos ao setor agrícola. Os motivos são variados: garantir a segurança alimentar;

subsidiar um setor ineficiente, sem o qual haveria um descontentamento social; proteger o meio ambiente, proteger o turismo rural, entre outras. As modalidades de proteção vão desde a aplicação de normas fitossanitárias, normas técnicas diversas, subsídios à produção e à exportação, entre outras.

> Todavia não se pode negar que a simples inclusão da agricultura nas negociações da OMC foi e será crucial para os avanços na direção de um comércio mundial mais livre e menos distorcido. Está cada vez mais evidente que a ambigüidade e o exagero das políticas públicas de proteção à agricultura doméstica de alguns países estão não apenas prejudicando o esforço global de desenvolvimento dos países mais pobres, mas também trazendo crescentes doses de sacrifício para as populações dos países mais ricos (NAYRO, 2008, p. 02).

Os subsídios são considerados, na teoria econômica uma forma de *dumping*, termo que caracteriza a venda de produtos com preço abaixo do custo de produção com o objetivo de conquistar mercado, o que gera uma competição desleal, ferindo, portanto, o princípio da competitividade, regulador central das trocas internacionais.

O grande discurso que se faz na atualidade é a respeito dos subsídios dos países ricos à produção agrícola. Esses subsídios criam uma situação artificial de mercado, que mina a competição igualitária de outros países produtores.

> Argumenta-se, normalmente, que as intervenções dos governos dos países desenvolvidos dão suporte e estabilizam os preços de alimentos, dando garantias de níveis de renda estáveis aos produtores. No caso dos países em desenvolvimento, o isolamento devido ao protecionismo dos países mais industrializados e determinadas formas de políticas governamentais constituem fontes da discriminação do setor agrícola tanto do ponto de vista cambial, quanto de outros mecanismos de políticas adotados (TEIXEIRA; DELGADO, *apud* MATA; OLIVEIRA; TEIXEIRA, 1999, p.02).

É inegável que as transformações ocorridas na economia brasileira nos anos 90 engendraram profundas mudanças nas estratégias nos mais variados setores localizados no espaço nacional. Em um contexto de abertura comercial, nas quais as forças agem de uma forma global, a eficiência e produtividade tornam-se elementos fundamentais para a permanência de uma empresa, e/ou de um segmento no mercado.

No comércio internacional, os esforços dos representantes do Estado no intuito de ampliar o montante negociado de produtos de origem agrícola encontram constantes obstáculos nas barreiras tarifárias e não-tarifárias, além das dificuldades nas rodadas de negociações.

3 CONDICIONANTES RECENTES DA ECONOMIA BAIANA

3.1 TRANSFORMAÇÕES RECENTES E IMPACTOS

O novo cenário político e econômico brasileiro, apresentado teoricamente no capítulo anterior, impactam de formas distintas nos setores econômicos das federações. A economia baiana caracterizou-se como agro-exportadora até a primeira metade do século XX. O desenvolvimento industrial do Estado, a partir da década de 1960, diminuiu consideravelmente a importância do setor agrícola no Produto Interno Bruto.

A produção de mercadorias agrícolas sempre foi uma das bases da economia internacional apesar de qualificada como sendo um setor atrasado. As margens dessas condições a agricultura era a possibilidade, numa concepção de um modelo desenvolvimentista, de uma inserção subordinada dos países subdesenvolvidos no capitalismo mais avançado.

Ao longo da década de 90, o agro baiano manteve sua participação média no PIB estadual oscilando em torno de 12%, resultado bastante inferior aos índices registrados na segunda metade dos anos 80, quando esse setor chegou a contribuir com quase 19% para o Agregado Estadual (MAIA; LIMA, 2001).

A concentração talvez seja a principal característica da economia baiana e, esse aspecto torna-se fundamental numa análise pormenorizada dos condicionantes recentes da economia. Como lembra Menezes (2000) “são duas características da economia baiana, forjadas o longo do tempo e consolidadas durante a fase de industrialização dos anos 60 e 70: a concentração setorial e a concentração espacial”.

Apesar da análise de Menezes estar atrelada, primordialmente ao setor industrial, a “grande produção” agrícola pode também ser considerada concentradora tanto em termos espaciais (cerca de 20 municípios concentravam 32,2% do VBP) quanto na composição da pauta de exportação.

Apesar da inserção de novos produtos nos mercados globalizados, como soja e frutas, a estrutura produtiva concentrada na agricultura (sete produtos concentram 61% do VBP), faz

com que as variações nas quantidades produzidas pelas culturas citadas influenciem sensivelmente o desempenho do setor nas exportações.

A abertura comercial, que ocorreu no Brasil se reflete no setor agrícola do estado da Bahia por meio do processo de implantação e expansão do modelo produtivista. O modelo produtivista, difundido pelos EUA e por alguns países europeus, a partir dos anos 60, caracteriza-se, em linhas gerais, pela busca do aumento do rendimento físico por hectare a menor custo fundamentado no emprego intensivo de insumos químicos, equipamentos e maquinarias e produzindo *commodities* em grande escala. Novas técnicas de produção devem ser consideradas a essa nova realidade tais como sementes melhoradas geneticamente, irrigação dentre outras (COUTO FILHO, 2004).

Ainda que possa existir um consenso entre os especialistas, num discurso teórico, quanto à crise do paradigma produtivista, baseado na revolução verde devido aos impactos sócio-ambientais com a conseqüente perda de produtividade, estas técnicas parecem longe de dar sinais de decadência, visto que os recordes de produção vêm sendo superados anualmente; o total de grãos produzido em solo baiano deve chegar ao final 2008 a 6,56 milhões de toneladas no período, o que deve representar um crescimento de 15,8% em relação à safra passada (PROMO, 2008).

O produtivismo chegou à Bahia tardiamente e não foi incorporado de forma homogênea em todas as culturas, seja pela dimensão geográfica do Estado ou pela especificidade de alguns cultivos. Dessa maneira algumas produções as ditas “tradicionais”, mantiveram uma organização ainda em caráter conservador, ou seja, sem a incorporação das técnicas modernas de produção.

> Pode-se dizer que os processos de crise dos produtos e da produção tradicional da agropecuária baiana de implantação do produtivismo na Bahia, com seus impactos sociais, econômicos e ambientais, podem ser encontrados em todo o estado. Entretanto, verifica-se que esses processos são mais intensos em umas regiões do que em outras. Grosso modo, percebe-se que há uma concentração do processo de crise da produção tradicional (...) Isso não significa que o outro processo não seja percebido nessas áreas, ao contrário, ocorre inclusive como forma de buscar alternativas econômicas. (COUTO FILHO, 2004, p.842).

A agricultura baiana sempre foi marcada por duas grandes características: dependência de poucas culturas – chamadas tradicionais- para a formação do PIB do setor; e forte variação da

produção ano a ano, decorrente, principalmente, da instabilidade climática e da baixa utilização das técnicas ditas modernas. (CARVALHO JUNIOR *apud* COUTO FILHO, 2004).

O setor agrícola é o que absorve o maior contingente de população economicamente ativa, ao tempo em que acolhe "ilhas de modernidade" no seu interior, e que se apresenta com o menor índice de crescimento agrícola (COUTO, 2000). Entende-se por ilhas de modernidade subespaços econômicos dinâmicos e motorizados pela implantação e expansão do *agribusiness* moderno. Esses subespaços são integrados competitivamente com o mercado global e provocam um efeito dinamizador nas economias dessas regiões, que, no caso do estado da Bahia, podem ser visualizadas, no extremo oeste, extremo sul e no médio São Francisco.

No que tange à ocupação da mão-de-obra percebe-se uma queda, mesmo quando a ocupação de terras aumenta substancialmente. É o efeito desempregador das máquinas, equipamentos e inovações organizacionais do produtivismo. Segundo dados do IBGE – Contagem da População de 2007, a população rural da Bahia é a maior do país, com cerca de 4,5 milhões de pessoas, o que de certa forma, torna ainda mais relevante à importância desse setor para economia do Estado.

> O modelo produtivista realmente está se implantando substituindo trabalhadores por máquinas, especialmente nos estabelecimentos de maior extensão, onde a monocultura, as máquinas e outros insumos adaptam melhor (COUTO FILHO, 2004).

O setor agroexportador do Estado da Bahia tem sido recentemente marcado pela estabilização e expectativa de recuperação de alguns vetores de sustentação, a exemplo do cacau, do algodão que volta a entrever caminhos de recuperação.

Na década de 1990 ocorreram alguns investimentos industriais, principalmente no setor de celulose, no Extremo Sul do Estado empresas Bahia Sul, Celulose e Vera Cruz Florestal. A indústria de celulose encontrou o cenário ideal para sua implantação, visto que o preço da terra e a produtividade alcançada nas plantações de eucalipto tornaram os investimentos muitos atrativos. Os custos neste setor são bastante estratégicos para a concorrência, criando a necessidade de implantar fábricas em locais onde as terras tenham preços baixos, dando margem à própria empresa investir no setor florestal.

Uma nova expectativa que se abre diz respeito ao combustível renovável, o biodiesel. A disponibilidade de áreas agrícolas com condições edafoclimáticas favoráveis à implantação e ampliação do cultivo de oleaginosas aptas à produção do biodiesel têm valorizado terras da caatinga e do extremo oeste, conseqüência do crescente interesse de empresários do agronegócio pelas propriedades da região. De acordo com corretores de imóveis rurais o valor das terras agrícolas no semi-árido baiano teve uma alta de 2.000% nos últimos dois anos (COFECI, 2008).

A consolidação do estado da Bahia como centro produtor de frutas e grãos, provoca uma série de efeitos dinâmicos na economia, que vai desde a formação de uma rede de cidades no entorno dessas culturas a instalação de unidades de processamentos e escoamento da produção.

> Atualmente a produção de grãos no Cerrado vem se diversificando com a implantação de culturas como a de café, milho, arroz e fruticultura. Além disso, parte da produção de soja já está sendo industrializada na própria região, criando novas oportunidades de crescimento econômico. Para atender à demanda desses insumos foi criada toda uma infra-estrutura comercial e logística, além da implantação de novas estradas. Assim, o crescimento dos serviços ligados à moderna agricultura foi centralizado na cidade de Barreiras, que é, atualmente, o grande centro econômico do Cerrado e também uma das maiores cidades baianas. Em Barreiras encontram-se os fornecedores de máquinas e implementos agrícolas, bem como boa parte dos transportadores e compradores da produção. (ALVES, 2003, p .85).

Diante desse quadro, percebe-se que os excelentes desempenhos dos segmentos mais modernos e, portanto, mais tecnificados, exemplo da soja, cultivada na Região Oeste, e da fruticultura irrigada, no Vale do São Francisco têm amenizado a retração das taxas de crescimento das lavouras tradicionais, sem, contudo, sustentar crescimento contínuo e taxas desejáveis para o conjunto da agricultura.

O grande *boom* que ocorreu com a região oeste baiano se deve a ampliação das fronteiras agrícolas do centro-oeste brasileiro. No caso da região do São Francisco a palavra chave para o desenvolvimento agrícola foi à possibilidade de se estabelecer sistemas de produção irrigados. Esse novo vetor de desenvolvimento é um indicador de oportunidades de implantação de projetos rentáveis para o setor agroexportador o que torna atraente o investimento privado nesses novos espaços dinâmicos baianos. A discussão de fatores sistêmicos relacionados à produção, pós-colheita, armazenamento e logística ainda são cruciais para a competitividade do setor agroexportador baiano.

3.2 O COMÉRCIO EXTERIOR AGRÍCOLA DO ESTADO DA BAHIA

As exportações têm hoje um papel inquestionável na economia baiana. Além de gerarem empregos e divisas, promovem desenvolvimento, estimulam pesquisa, resultam em criação e aprimoramento de novos produtos e serviços, possibilitam o intercâmbio de matérias-primas e manufaturados, potencializam e oferecem novas oportunidades às empresas locais, acesso a financiamentos, melhoria do fluxo de caixa, maior segurança no planejamento empresarial, entre outros atributos.

O comércio exterior baiano, como não poderia deixar ser, na década 1990, foi reflexo das políticas macroeconômicas adotadas pelo Governo Federal. . A taxa de câmbio tem o papel, mesmo que de forma espúria, de compensar o ambiente de incertezas da economia. Dessa forma, a escolha do regime cambial é uma decisão com implicações de políticas econômicas. As sucessivas mudanças nas taxas de juros, no câmbio e principalmente a implantação do Plano Real foram decisivos no desempenho do setor exportador agrícola do estado.

> É factível de exploração que, além da taxa de câmbio (e as respectivas intervenções diretas sobre o setor exportador), o programa de inserção do país no mercado liberalizado exige a "determinação" de outras variáveis macroeconômicas que interferem diretamente no cenário econômico doméstico. Nesse contexto é que se levou a hipótese de que a taxa de câmbio e a taxa de juros são particularmente importantes para o desempenho do setor agrícola e, conseqüentemente, para o desempenho das exportações desse setor. Dessa forma, o desempenho e a competitividade das exportações devem ser analisados sob a ótica não somente da taxa de câmbio, mas especificamente dos efeitos que a taxa de juros produz sobre o mercado de câmbio (MAIA; LIMA, 2001).

A agricultura já foi desqualificada como setor atrasado e arcaico sendo desconsiderado por representar uma visão unilateral do capital moderno. As margens dessas condições a agricultura era a possibilidade, numa concepção de um modelo desenvolvimentista, de uma inserção subordinada dos países subdesenvolvidos no capitalismo mais avançado.

O comércio agrícola mundial apresenta algumas características específicas. As mais importantes são as seguintes: a) elevado grau de competitividade; b) elevado grau de suscetibilidade aos ciclos econômicos (*business cycles*); c) instabilidade nos preços; d) elevado grau de ingerência por parte dos governos nacionais; e) redução no nível de participação no total do comércio mundial; f) aumento da participação do comércio dos países

em desenvolvimento; g) mudanças na sua composição; h) crescente importância da promoção comercial e marketing (NAYRO, 2008).

A abertura comercial proporcionou um efeito bastante satisfatório para o comércio exterior baiano nessa década, verificado na busca de novos parceiros no exterior, bem como na ampliação do fluxo para os blocos onde a Bahia tem vantagens comparativas (VIEIRA; SOUZA, 2007). No entanto, a concentração de poucos produtos na pauta de exportações provoca uma instabilidade econômica na medida em que os preços *commodities* agrícolas são tomados no mercado internacional.

A economia baiana historicamente teve suas relações produtivas dependentes do cenário externo e por isso mesmo a instabilidade econômica preponderantemente primária sempre se fez presente seja de forma exógena: com flutuações de mercado e de preços vigentes; e endogenamente com a sazonalidades das safras.

> Toda a economia baiana colonial teve seu eixo dinâmico centrado na produção altamente especializada de artigos primários (cana -de - açúcar e posteriormente, fumo e cacau) voltados p a r a o comércio exterior, baseado no trabalho escravo até fins do século XIX, quando se instaura o trabalho livre (IVO, 1987, p. 03).

A demanda externa sempre sinalizou o que deveria ser produzido internamente, através dos preços internacionais. As exportações baianas até a década de 1950 estavam concentradas em produtos agropecuários, sobretudo o cacau. Essa situação não trouxe rebatimentos diretos sobre a produção local de bens e serviços, uma vez que os produtos adquiridos eram oriundos de outros Estados, principalmente da região sul/sudeste, o que era conseqüência da lógica geográfica da Bahia (AGUIAR, 1977).

A pauta de exportações da Bahia, tradicionalmente, concentrava-se nos segmentos Químicos e Petroquímicos, Cacau e Derivados, e Derivados do Petróleo e Metalúrgicos, que, somados, representavam mais de 80% do total exportado até 1992. Após a década de 1990, a pauta de exportações começou a apresentar significativas mudanças, provocadas pelo surgimento de novos segmentos dinâmicos que, até então, não eram expressivos. Dentre esses, destacam-se: Minerais; Papel e Celulose; Frutas e suas Preparações; Grãos e Óleos e Ceras; que não apareciam de maneira acentuada na pauta de exportações.

Ao analisar o PIB da agropecuária baiana, por se tratar de um indicador mais completo, é possível verificar o que acontece com a maioria das economias em fase de desenvolvimento: redução da importância relativa do setor agropecuário no conjunto da economia, como pode ser observada no gráfico 1.

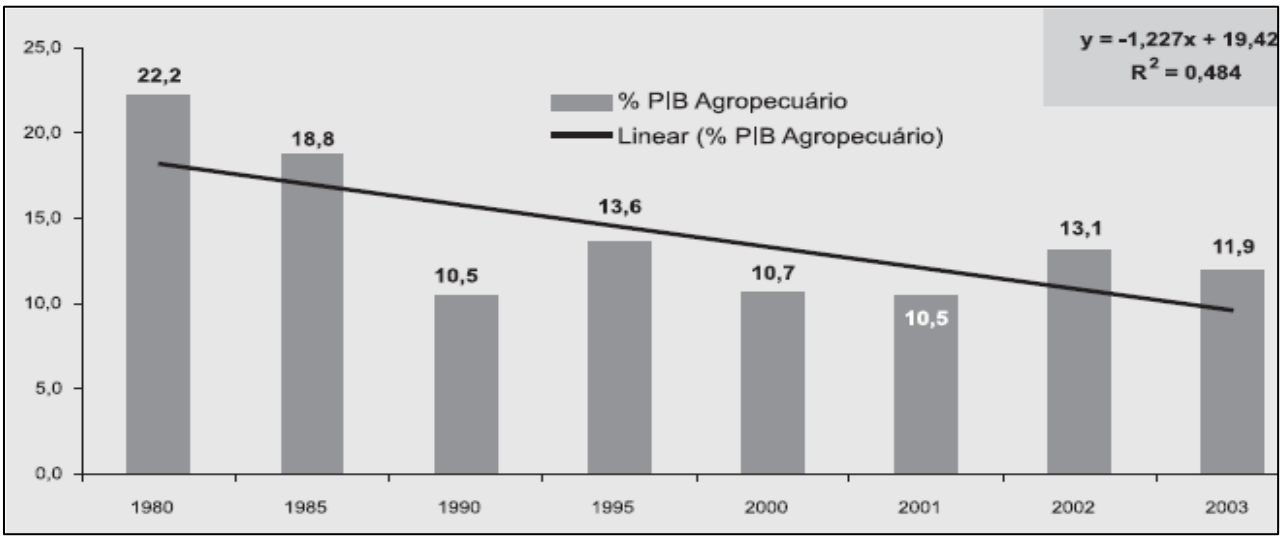


Gráfico 1- Participação do PIB Agropecuário no PIB Total (%), Bahia 1980/2003

Fonte: VIANA, 2004.

O gráfico 1 mostra que a cada ano, em média, houve uma redução em torno 1,22% do PIB agropecuário. O setor agrícola da Bahia diminuiu sua importância também na pauta de exportações do estado, ainda que as vantagens comparativas mostrem-se perceptíveis: a extensão territorial e uma acentuada população rural; e os efeitos dinâmicos também: fortalecimento de redes de cidades médias e de serviços.

Nesse período outras atividades ganham maior relevância na pauta de exportação do estado da Bahia, tais como a indústria de celulose, a metalurgia e, mais recentemente a indústria automobilística e articulada com distorção dos termos de trocas, que acontece incisivamente com o setor agrícola explicam a redução da importância na pauta, conforme o gráfico 2.

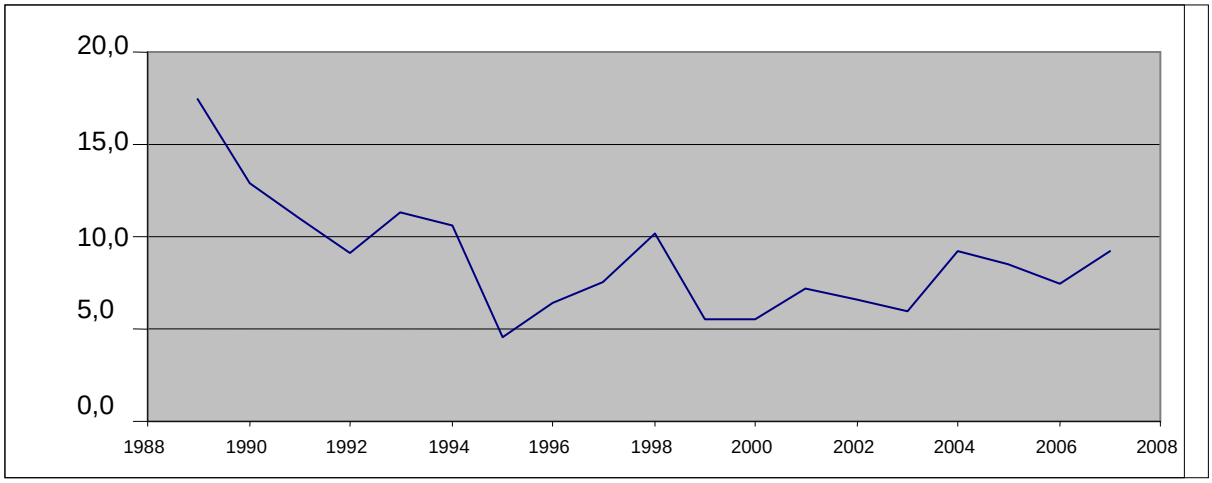


Gráfico 2 - Participação das exportações agrícolas nas exportações totais (%), Bahia 1989/2007.

Fonte: MDIC/PROMO; Elaboração própria.

O gráfico 2 mostra que a partir da década de 1980 houve uma redução da importância das exportações agrícolas nas exportações totais do Estado. Em toda a década de 1990 as exportações agrícolas da Bahia oscilaram entre 5 a 10 % das exportações totais.

Quando se fala em termos de agronegócio, de acordo com Viana (2004, p. 853) como sendo a "soma total das operações de produção e comercialização de suprimentos agrícolas, das operações de produção nas unidades agrícolas, do armazenamento, processamento e distribuição dos produtos agrícolas e itens produzidos a partir deles"; pode-se, a partir daí, fazer uma releitura da importância do setor agrícola, de forma mais consistente, no conjunto da economia baiana, conforme o gráfico 3.

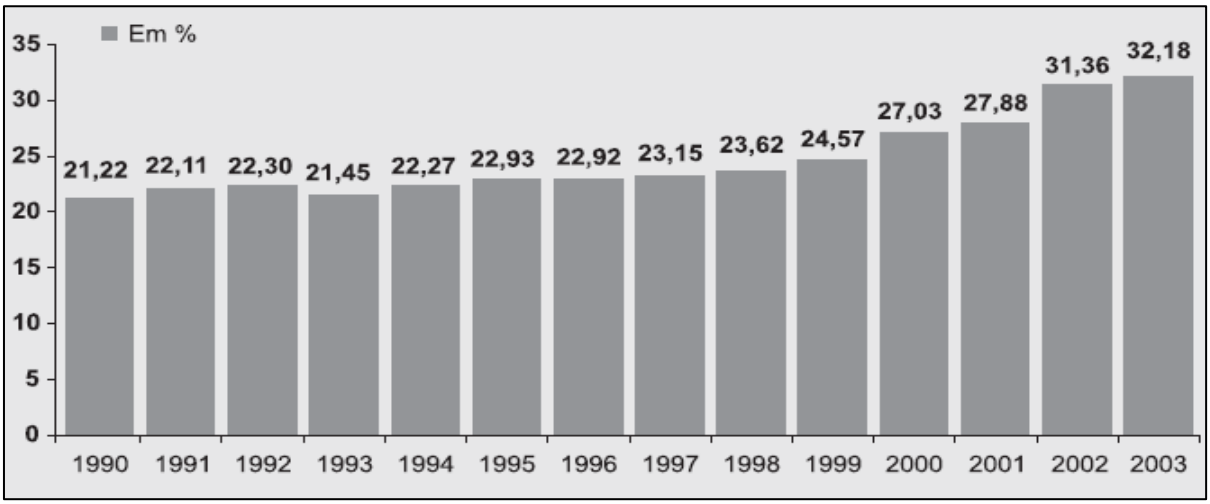


Gráfico 3- Participação do PIB do Agronegócio no PIB Total (%), Bahia, 1990-2003.
Fonte: VIANA, 2004

O gráfico 3 mostra a tendência de crescimento do agronegócio baiano durante a década de 1990, sendo que a partir 1999, houve uma taxa maior de crescimento, sustentada anualmente. O agronegócio tem origem em um modelo socioeconômico, muito utilizado pelo Brasil, o *Plantation*, no qual grandes propriedades são utilizadas na produção de produtos agrícolas voltados, principalmente, para o mercado externo.

Com o desenvolvimento do capitalismo essa atividade evoluiu muito, aumentando sua produtividade e sua área de atuação. Isso se deve, principalmente, ao avanço tecnológico e a utilização de políticas de desenvolvimento que contribuíram para um aumento vertiginoso na capacidade de produção. Dentro desse contexto, o agronegócio passou a movimentar cada vez mais capital, o que fez com que fosse redimensionada a importância do setor primário na formação do PIB.

Observa-se com isso que em toda década de 1990 houve uma tendência de crescimento da participação do agronegócio do PIB, apesar das barreiras comerciais enfrentadas pelo setor ainda não solucionadas pelos organismos internacionais. É de acordo com essa perspectiva que Maia e Lima (2001), consideram que a agricultura, dentro de um contexto atual, deve maximizar o aproveitamento das vantagens competitivas e participar, dessa forma, na acumulação de capital dentro um processo ambientalmente sustentável.

O setor agroexportador baiano apresentou durante a década de 1990 algumas mudanças e sinalizou uma transformação silenciosa, ainda que nos moldes de uma modernização conservadora (VIANA, 2004). Um aspecto importante que deve ser atrelado a essa análise é o salto na produção de grãos do Estado. Em 1995, a safra baiana de grãos participava com 2,79 % da safra nacional. Em 2006, a participação chegou a 3,4 %, sendo a soja uns dos destaques. Neste período, a produção baiana cresceu 22 % acima da média nacional, de acordo com os dados da Bahia (2006).

A produção de grãos e da fruticultura irrigada, elo do Estado com o mercado externo, vem apresentando comportamento surpreendente, em decorrência do uso de tecnologias modernas, que têm lhes proporcionado níveis de produção e produtividade elevados.

Todo o incremento do setor de grãos acabou criando uma nova “ilha de prosperidade” na Bahia, consolidando a região Oeste como o maior pólo de grãos do estado. Com foco principal no município de Barreiras, o Oeste baiano responde por mais de 80% da produção de grãos e soja no estado. A região de Barreiras tornou-se responsável por aproximadamente 73% da produção nordestina de soja e 4,6% da produção nacional, concentrando, além disso, toda a produção baiana.

As frutas, nesse período, foi um dos produtos que mais se desenvolveu no estado na última década e está inserida entre os principais produtos de exportação agrícola no estado. A contínua expansão deste setor se deu basicamente por dois mecanismos: Primeiro, a profissionalização dos produtores, refletida nas perspectivas de mercado e na visão empresarial; segundo: o nível tecnológico adotado no processo produtivo, que gerou um evidente ganho na produtividade.

Para Andrade e Figueirôa (2008), a vocação e a especialização do Vale do Francisco na área de fruticultura em muito têm contribuído para a diversificação da agricultura baiana, tornando-a menos submissa aos cultivos tradicionais. Ressalte-se que a introdução de processos produtivos tecnicamente mais avançados, especialmente o uso da irrigação torna a agricultura menos vulnerável a fatores climáticos, propiciando-lhe ganhos de produtividade.

No que tange o setor agroexportador tradicional a exemplo do cacau, que chegou a ser um dos principais produtos de exportação no Brasil, com grande importância na economia nacional, diminuiu sensivelmente sua importância na pauta de exportações.

> O impacto da vassoura de bruxa na Região Cacaueira, assim como a conjuntura adversa no mercado internacional, modificou substancialmente a hegemonia do cacau na pauta de exportação baiana, atingindo, em cadeia, outros setores a exemplo do comércio regional, em que o desemprego produziu um gigantesco contingente de trabalhadores sem renda. Do mesmo modo, com a escassez de matéria-prima para beneficiamento, a indústria regional que absorvia essa produção retraiu-se sensivelmente. (ANDRADE; FIGUEIRÔA, 2008, p.30).

Para evitar a decadência total das plantações, foram, então, acionadas as armas da biotecnologia. No campo, a estratégia escolhida foi à seleção de árvores resistentes e a multiplicação do material genético, através da micropropagação e clonagem, para obter uma renovação das plantações.

O rearranjo espacial das atividades agrícolas, evidente pela ocupação das fronteiras, com o crescente número de investidores externos descobrindo o estado, e a substituição das atividades tradicionais por novas e modernas explorações, se constitui nas principais transformações do agronegócio baiano.

Cabe mencionar também que a Bahia trata-se de um estado subnacional e periférico inserido em uma economia também periférica. Um estado subnacional aqui entendido como aquele que não controla as variáveis e políticas macroeconômicas. Nesse caso, estamos diante de um poder político não independente, que não formula e não define políticas macroeconômicas. No entanto, o setor agroexportador depende sensivelmente das políticas macroeconômicas taxa de juros, preços, taxa de câmbio e, sobretudo da regulação internacional, que como mencionados não foram favoráveis para o setor.

Dessa forma se percebe que o setor agroexportador baiano, no período recente, apesar do desempenho satisfatório ainda está aquém das potencialidades do estado, dada a extensão territorial e a grande população que ainda vive no meio rural.

Os efeitos dinamizadores provocados pela ascensão de algumas culturas, nas regiões produtoras são visíveis. Os incentivos para esse setor se tornam uma alternativa viável, pois o desenvolvimento dessas regiões diminui a migração da população para a Região Metropolitana de Salvador (RMS) e fortalecem o crescimento da rede de cidades média da Bahia e consequentemente os efeitos dinâmicos daí decorrentes.

4 ASPECTOS RELACIONADOS À METODOLOGIA

Este estudo busca analisar, individualmente, a evolução dos principais produtos agrícolas voltados para o comércio externo do estado da Bahia. Cada produto corresponde a um índice que está vinculado à Nomenclatura Comum do Mercosul (NCM) criada em substituição a Nomenclatura Brasileira de Mercadorias (NBM), em 1995.

A NCM trata-se de uma Convenção Internacional sobre o Sistema Harmonizado de Designação e de Codificação de Mercadorias e possui 6 dígitos, mas cada país pode acrescentar até quatro dígitos. Neste estudo utilizou o indicador de oito dígitos que compõem a NCM, os seis primeiros formados pelo Sistema Harmonizado, enquanto o sétimo e oitavo dígitos correspondem a desdobramentos específicos atribuídos no âmbito do MERCOSUL (BRASIL, 2008).

Os dados aqui utilizados correspondem aos volumes exportados em *quantum* do período 1989 a 2007. Para tanto, fez-se uso dos modelos semilogarítmicos, mais precisamente o modelo log-lin, que nesse estudo será utilizado para verificar a taxa de crescimento dos principais produtos que compõem a pauta de exportação baiana, no seu âmbito agroexportador.

Vale lembrar, que os modelos semilogarítmicos são chamados dessa forma, pois apenas uma das variáveis (neste caso, o regressando) está em forma logarítmica, conforme equação desenvolvida:

$$Y_t = Y_0 (1+ r)^t \qquad (1.0)$$

Denotam-se por Y_t as exportações dos principais produtos agrícolas do estado da Bahia no período t e por Y_0 o valor inicial dessas exportações, recordando a conhecida fórmula de juros compostos, temos r que é a taxa de crescimento composta ou geométrica, isto é, ao longo do tempo de Y. Recorrendo ao logaritmo natural de base neperiano, de acordo a expressão (1.0), pode escrever:

$$\ln Y_t = \ln Y_0 + t \ln (1+r) \qquad (1.1)$$

Agora, fazendo

$$B_0 = \ln Y_0 \quad (1.2)$$

$$B_1 = \ln (1+ r) \quad (1.3)$$

podemos escrever (1.1) como:

$$\ln Y_t = \beta_0 + \beta_1 t \quad (1.4)$$

incluindo em (1.4) o termo de erro, obtemos:

$$\ln \hat{Y}_t = \hat{\beta}_0 + \hat{\beta}_1 t + \hat{u} \quad (1.5)$$

Neste sentido tem-se:

ln de $\hat{Y}_t$ = logaritmo neperiano dos principais produtos do agrobaiano, em toneladas, de 1989 a 2007.

t = tempo, em anos.

$\hat{\beta}_0$ = é o intercepto

$\hat{\beta}_1$ = é a inclinação

û = resíduo

O Parâmetro $\hat{\beta}_1 x$ 100 revela a taxa de crescimento dos principais produtos do setor agroexportador baiano. O $\hat{\beta}_1$ é conhecido na literatura econômica como a semi-elasticidade de Y e mede a variação proporcional ou relativa constante em Y para dada variação absoluta no valor do regressor, neste caso a variável t, isto é:

$$\hat{\beta}_1 = \frac{\text{variação relativa do regressando}}{\text{variação absoluta no regressor}}$$

5 A COMPOSIÇÃO DA PAUTA EXPORTADORA DO SETOR AGRÍCOLA DO ESTADO

5.1 A PAUTA AGROEXPORTADORA BAIANA

A pauta de exportação agrícola do estado, apesar de historicamente concentrada, sobretudo com o cacau, tem se mostrado mais dinâmica atualmente e menos dependente das culturas tradicionais. A concentração em poucos produtos contribui para a instabilidade das receitas advindas das exportações. Para Oliveira (2002), quanto mais concentrada a estrutura de exportação, menores são as possibilidades de que perdas em determinado segmento exportável possam ser compensadas por ganhos em outros.

Uma definição de uma pauta diversificada de exportação está atrelada, dentre diversos aspectos: desde a parcela correspondente a demanda doméstica na absorção de produtos exportáveis, à possibilidade de produção e de exportação de uma região e a própria definição de políticas agrícolas dirigidas ao setor exportador que perpassam acordos e formação de blocos de comércio com a adoção de quotas e barreiras tarifárias e não-tarifarias dentre outras medidas. A diversificação da pauta de exportação ganha certa peculiaridade ao absorver demandas mundiais dinâmicas generalizadas.

> A diversificação da pauta de exportação permite que, em períodos de fracos desempenhos no comércio mundial de um de seus componentes ou até mesmo de um mercado consumidor, seja possível estabilizar as receitas de exportações por meio de outros produtos componentes, e ou, mercados de melhor desempenho. É importante salientar que, para que isso ocorra, a variabilidade dos produtos exportáveis não devem ocorrer no sentido de que estes apresentem correlação positiva entre si; caso contrário, as variações da receitas de exportação seguirão na mesmo direção, potencializando sua instabilidade (OLIVEIRA, 2002, p.38).

Para esse estudo selecionaram-se as principais culturas agroexportadoras da Bahia, de acordo a Nomenclatura Comum do Mercosul (NCM), verificadas no quadro 1.

NBC/NCM	PRODUTO
1201.00.90	**1-SOJA, MESMO TRITURADA.**
	2-SISAL
5304.10.00	SISAL/OUTRAS FIBRAS TEXTEIS "AGAVE", EM BRUTO.
5304.90.00	SISAL/OUTS. FIBRAS TEXTEIS "AGAVE", TRABALH. N/FIADOS, ETC.
	3- FRUTAS
0804.50.00	MANGAS FRESCAS OU SECAS
0806.10.00	UVAS FRESCAS
0807.19.00	MELOES FRESCOS
0807.20.00	PAPAIAS (MAMOES) FRESCAS
1801.00.00	**4-CACAU INTEIRO OU PARTIDO, EM BRUTO, TORRADO.**
	5-ALGODÃO
5201.00.20	ALGODÃO SIMPLESMENTE DEBULHADO, NAO CARDADO NEM PENTEADO.
5201.00.90	OUTROS TIPOS DE ALGODÃO NAO CARDADO NEM PENTEADO
	6-CAFÉ
0901.11.10	CAFÉ NÃO TORRADO, NAO DESCAFEINADO, EM GRAO.
0901.21.00	CAFÉ TORRADO, NÃO DESCAFEINADO.

Quadro 1 - Principais Produtos exportados –Bahia, em média, 1989-2007.

Fonte: MDIC/SECEX/PROMO; Elaboração própria.

Esses produtos representaram no período em estudo, cerca de 90%, de todas as exportações agrícolas do estado, configurando assim uma pauta de exportações bastante concentrada, como pode ser observada no gráfico 4.

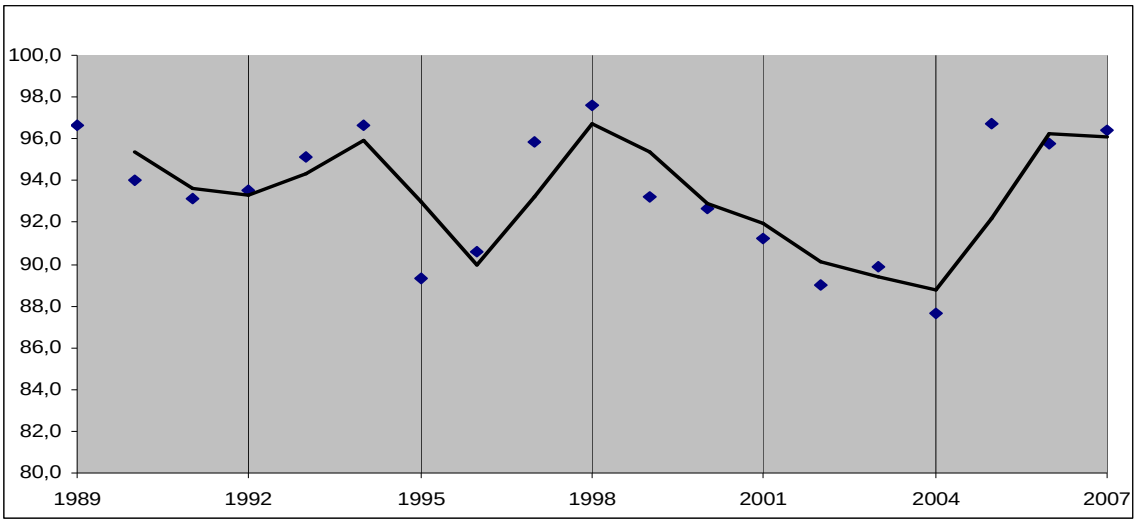
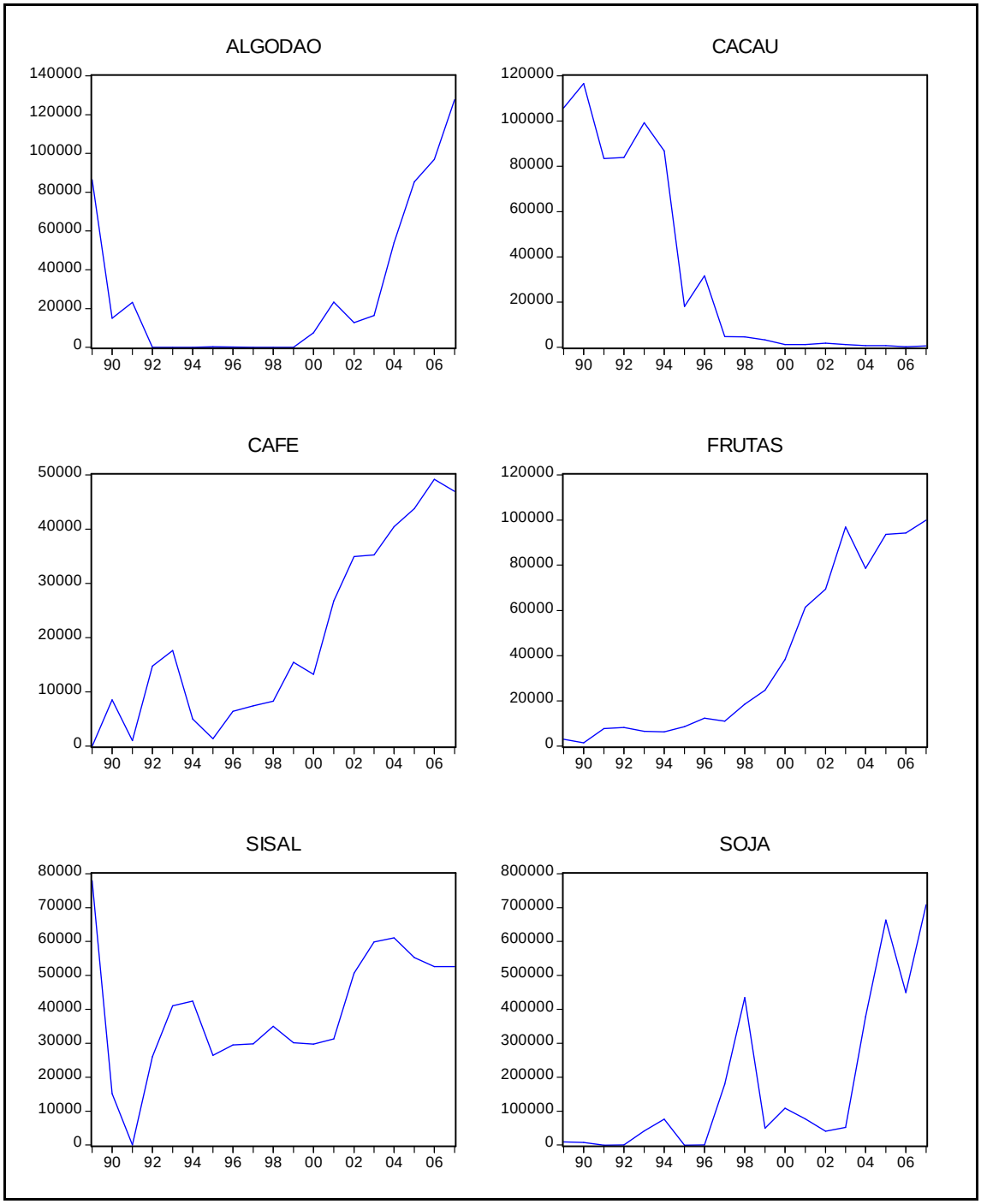


Gráfico 4- Participação dos seis principais produtos agrícolas exportados em relação ao total das exportações agrícola baiana, em percentual, 1989 a 2007.

Fonte: MDIC/SECEX/PROMO; Elaboração própria.

As exportações de cada cultura agroexportadora tiveram uma dinâmica própria, um comportamento peculiar, o que de certa forma compromete uma análise generalista desse setor no conjunto da economia, conforme verificado no gráfico 5.



Gráficos 5- Exportações agrícolas da Bahia – Principais produtos, em toneladas.

Fonte: MDIC/SECEX/PROMO; Elaboração própria.

Nessa perspectiva percebe-se que as perdas, as dificuldades de exportação de um determinado produto podem sensibilizar rapidamente a balança comercial e conseqüente os ganhos oriundos das receitas provenientes do comércio internacional. Dessa forma, reforça-se a importância de políticas que promovam condições de potencializar a capacidade exportadora para que esta se torne realmente direcionada as condições de demanda externa e não somente exploradora de excedentes não absorvidos do mercado doméstico.

Ações políticas paralelas devem ser adicionadas para estimular o setor agroexportador baiano e a sincronização das condições internacionais e as metas de políticas internas devem ser equacionadas.

5.2 EVOLUÇÃO DO SETOR AGROEXPORTADOR BAIANA

Nesta seção serão utilizadas umas das ferramentas da econometria, modelos semilogarítmicos, mais precisamente o modelo log-lin, para uma análise pormenorizada da taxa de crescimento das principais culturas agroexportadora do Estado, conforme resultados obtidos na tabela 1.

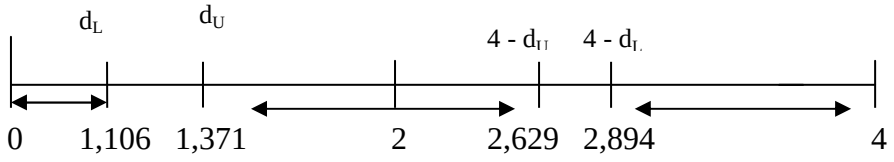
		Parâmetro	Desvio padrão	t	Probability		
Log. algodão	c	5.470636	1.512100	3.617906	0.0028	R^2=0.2015	D=0.59326
	tempo	0.284166	0.129901	2.187564	0.0462	F=4.7854	Prob=0.0461
Log. cacau	c	12.52209	0.281504	44.48277	0.0000	R^2=0.9254	D=1.34315
	tempo	-0.369692	0.024690	-14.97363	0.0000	F=224.209	Prob=0.000
Log. café	c	7.766734	0.402600	19.29145	0.0000	R^2=0.5637	D=1.96748
	tempo	0.164737	0.034376	4.792284	0.0002	F=22.9659	Prob=0.0001
Log. frutas	c	7.687163	0.174129	44.14629	0.0000	R^2=0.9221	D=1.65980
	tempo	0.223445	0.015272	14.63091	0.0000	F=214.063	Prob=0.0000
Log. sisal	c	9.090885	0.709542	12.81232	0.0000	R^2=0.1101	D=2.0126
	tempo	0.111801	0.062231	1.796552	0.0902	F=3.2276	Prob=0.0901
Log. soja	c	8.121534	0.832520	9.755359	0.0000	R^2=0.4574	D=1.6755
	tempo	0.266068	0.069893	3.806824	0.0017	F=14.491	Prob=0.0017

Tabela 1 - Resultados das estimações de taxa de crescimento.

Serão analisadas as taxas de crescimento de acordo o valor do parâmetro referente a variável "tempo", conforme seu nível de significância. A qualidade geral da estimação será interpretada por meio do O R^2 ajustado, que informa se quantidade reduzida na variabilidade de Y pelo uso das variáveis regressoras X_1, X_2, ..., X_k no modelo. Em outras palavras, o quanto da variação de Y que é explicada pelo modelo.

A significância conjunta dos parâmetros será avaliada pelo teste F A onde existe uma relação direta de proporcionalidade entre a qualidade do modelo e a proximidade do valor de zero da significância de F, ou seja, quanto mais próximo de zero for o resultado da estatística F, melhor ser a qualidade global do modelo ajustado.

Por fim, o teste “D” de Durbin-Watson (DW) será o instrumento utilizado para identificar a presença de autocorrelação entre os resíduos. Para esta base de dados de 18 observações e uma variável explicativa os limites inferior e superior do teste DW são, 1,106 e 1,371, respectivamente, com nível de significância de 5%, conforme demonstrado abaixo:



As regras de decisão do teste “D” DW são tomadas a partir de então:

Hipótese nula	Decisão	Se
Ausência de autocorrelação positiva	Rejeitar	$0 < d < 1{,}106$
Ausência de autocorrelação positiva	Sem decisão	$1{,}106 \leq d \leq 1{,}371$
Ausência correlação negativa	Rejeitar	$2{,}894 < d < 4$
Ausência correlação negativa	Sem decisão	$2{,}629 \leq d \leq 2{,}894$
Nenhuma autocorrelação, seja positiva ou negativa	Não rejeitar	$1{,}371 < d < 2{,}629$

Quadro 2. Teste d de Durbin-Watson: Regras de decisão.

Conforme regra de decisão foi avaliada a presença ou ausência de autocorrelação. Busca-se encontrar um estimador que seja o melhor estimador linear, não-tendencioso (MELNT) que apresente as características de ser: linear, não-tendencioso, eficiente e consistente. Um estimador eficiente é aquele que tem menor variância e consistente quando possuem grandes amostras.

O grande destaque recente das *Commodities* tradicionais agrícolas do estado fica por conta do café e, principalmente do algodão. Depois de sucessivas crises, o algodão, ganha notoriedade na pauta de exportação do estado, tanto que a partir do ano 2000, a região oeste tornou-se o segundo maior produtor nacional, com cerca de 30 % da produção.

O algodão teve um comportamento instável ao longo do período analisado, sendo que, em alguns anos o montante exportado foi zero. A então praga do bicudo diminuiu substancialmente a produção baiana e por conseqüência as exportações. No entanto, este produto foi mantido, como um exercício de reflexão sobre seu acentuado crescimento no período recente, dado que a produção baiana de algodão foi responsável, em 2006, por 29% da produção nacional e por mais de 92% da produção nordestina (BAHIA, 2006).

A taxa de crescimento, a cada ano, em média, foi de 28,41%, com nível de significância de 4,62%, ou seja, a análise do parâmetro tem probabilidade de 4,62% de ser incorreta. O teste conjunto dos parâmetros foi de rejeição da hipótese nula com 4,61% de significância. O R^2 ajustado foi de 20,15%, comprovando que este produto, teve um desenvolvimento instável ao longo do período estudado.

A estatística D (durbin-watson) foi de 0.593 que é um indicativo de presença de autocorrelação positiva entre os resíduos. Esta violação de hipótese do Modelo Clássico de Regressão Linear (MCRL) leva a estimadores não eficientes, apesar de não-tendenciosos.

No caso do café, a área cultivada saltou de 87 mil para 136 mil hectares entre 1995 e 2007, segundo dados, Associação de Produtores de café da Bahia (ASSOCAFÉ). Fatores como o crescimento do mercado mundial e a manutenção da alta dos preços internacionais reforçam o otimismo dos produtores. A expansão foi de 24%, passando das 18,4 sacas/ha para 22,9 sacas/há. Esses resultados posicionam a Bahia atualmente como quarto produtor nacional (BAHIA, 2006).

A exportação de café cresceu no período em algo em torno de 16,47% com nível de significância de 0,02%, garantindo assim uma chance quase nula do parâmetro não ser significativo. Vale salientar seguramente que as exportações café aparecem a partir de 2001, sendo que em períodos anteriores houve quedas nas exportações seguidas de baixo crescimento. Dessa forma O R^2 ajustado foi de 56,37%. Já o valor encontrado para o teste F foi 22.9659, ou seja, de rejeição da hipótese nula com 0,01% de significância. No que tange a estatística D, que foi de 1.967, podendo assim afirmar a ausência de autocorrelação.

O setor agroexportador tradicional, na qual o cacau é a principal referência, na medida em que esse produto já foi carro-chefe da economia baiana e sustentáculo de uma região que abrange 92 municípios e 3 milhões de habitantes, pode-se avaliar os anos mais recentes como o ciclo de passagem para a almejada renovação da lavoura.

Depois de uma acentuada queda de produção no período em estudo, os volumes exportados de cacau começam a crescer e ganhar estabilidade. O aumento de produção se deve ao aumento da área clonada, que segundo Viana (2006), já se aproxima dos 150 mil hectares, dado uma área total de produção em torno de 590 mil hectares.

A cacauicultura baiana tem, durante o período em estudo, sofrido acentuadas quedas nas quantidades exportadas o que lhe garantiu uma taxa de crescimento negativa, ou seja, as exportações baianas de cacau diminuíram em torno 36,96%, em média, sendo altamente significativo. O R^2 ajustado foi de 92,54 % que revela que 92,54% da explicação do modelo é dado pela variável explicativa. O valor obtido 224.209 para a estatística F revela a confiabilidade conjunta dos estimadores, sendo altamente significativo. O D foi de 1,343 estando numa zona de indecisão.

Ainda em análise dos setores agroexportadores tradicionais, a exemplo do sisal percebe-se certa estabilidade das quantidades exportadas, ainda que a Bahia atualmente seja o maior produtor tendo, em 2003, explorado mais de 160 mil hectares, e colhido 95,65% de toda a produção brasileira (ALVES; SANTIAGO, 2005). Segundo dados do IBGE (2002), 75 municípios baianos são produtores de sisal. Tais municípios, juntos, ocupam uma área de 80,6 mil hectares, abrigam uma população em torno de 1,5 milhões de habitantes.

O sisal foi a que teve a menor taxa de crescimento de todas as culturas em estudo, algo em torno de 11,18% com nível de significância de 9,02%, ou seja, a análise do parâmetro tem probabilidade de 9,02% de estar incorreta. De certa forma é previsível essa taxa, dada a certa estabilidade das quantidades exportadas.

Vale dizer que o primeiro ano de estudo, 1989, a quantidade exportada de sisal baiano era algo em torno de 77 mil toneladas, nunca superada em anos posteriores, e, em 2007, a quantidade ficou algo em torne de 52 mil toneladas. O R^2 ajustado foi de 11,01 % o que certa forma desqualifica o ajuste.O teste conjunto dos parâmetros foi de rejeição da hipótese nula

com 9,01% de significância e a estatística D foi de 2.0126 indicando assim ausência de autocorrelação entre os resíduos.

Ao avaliar a imagem do moderno agronegócio as frutas tropicais baianas têm um de seus elementos mais emblemáticos. A fruticultura fixou-se, de forma pioneira, como o espaço de experimentação onde o agronegócio baiano ousou inovar em termos de manejo, tecnologias e comercialização, alicerçando uma bem sucedida trajetória, em âmbito nacional e internacional. A Produção alcançou 4,11 milhões de toneladas, performance 41% superior aos 2,92 milhões de toneladas colhidas em 1995. Terceiro maior produtor nacional de frutas, a Bahia já contabiliza 296 mil hectares de área cultivada, dos quais 106 mil irrigados, segundo dados da Bahia (2006).

A fruticultura baiana seguramente foi a cultura agroexportadora que teve a taxa de crescimento sustentada durante maior período de tempo. A taxa foi de 22,34% sendo altamente significativa. O R^2 ajustado foi de 92,21% comprovando assim a qualidade no ajuste, numa cultura que representa algo em torno de 2% de todas as exportações baianas (PROMO, 2008). O valor obtido de 214.063 para a estatística F revela a credibilidade dos resultados encontrados. A estatística D foi de 1.659 indicando assim a ausência de autocorrelação entre os resíduos.

A soja, principal produto exportado pela Bahia, tem protagonizado um crescimento espetacular, ainda que as oscilações nas exportações seja uma característica do setor. A produção média, que era de 929 mil toneladas no período 1995-1997, superou os 2,2 milhões de toneladas no triênio 2004-2006, segundo dados da Bahia (2006), o que revela o ganho de competitividade desse setor no comércio exterior. Fatores edafoclimáticos e a oferta de infra-estrutura viária, explicam o fato de a soja ocupar atualmente 57% da área cultivada na região Oeste.

Com um crescimento anual de 26,60% e nível de significância de 0,17%, a soja foi o produto agrícola mais exportado pelo Estado e teve durante o período em estudo, várias oscilações nas exportações. Em 2002, por exemplo, a quantidade exportada foi de 40.500 toneladas, dois anos depois a quantidade exportada foi em torno de 663.849 toneladas. Os crescimentos acentuados das exportações em alguns períodos seguidos por abruptas quedas podem justificar o R^2 ajustado, que foi de 45,74%. O valor encontrado para o teste F, 14.491,

comprova a confiabilidade conjunta dos estimadores em nível de significância de 0,17 %. A estatística D foi de 1.675, determinando a ausência de autocorrelação entre os resíduos.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A discussão em torno do comércio internacional e de seus efeitos é antiga no debate da teoria econômica. Diversas teorias apresentaram, ao longo da história do capitalismo, modelos econômicos que deveriam ser adotados para uma nação possuir êxito no comércio internacional. Dada à complexidade que envolve a temática, observou-se a não existência de uma estrutura teórica única, que análise de forma completa as diretrizes do jogo do comércio internacional.

A teoria deixa claro que o comércio internacional é uma ferramenta fundamental de análise no processo de construção e desenvolvimento econômico; e que as vantagens comparativas naturais continuam importantes quando se trata de produção e comercialização de *commodities* agrícola, apesar da modernização do capital agrícola.

No Brasil, com esgotamento do MSI o mercado externo passou a ser visto como elemento dinamizador da economia e elemento importante na trajetória de crescimento do país. Diversos propósitos justificavam a abertura comercial, no entanto, melhorar o desempenho de indicadores macroeconômicos e alcançar níveis de produtividade era que mais propagavam no período. A nova ordem econômica, que ocorrera na década 1990, associada a um novo contexto internacional configurou um novo cenário para o setor agroexportador ficando responsável em diminuir os sucessivos *déficits* comerciais, a então conhecida âncora verde.

Observou-se que a abertura comercial ocorrida nesse período ainda está aquém das prognosticada no discurso de liberalização comercial, apesar da ampliação dos parceiros comerciais. As barreiras tarifárias, não-tarifárias, fitossanitárias ainda continuam presentes nas negociações internacionais, principalmente na comercialização agrícola. Os subsídios dos países desenvolvidos ao criarem uma situação de artificialidade no mercado minam a competição com os países emergentes.

A Rodada de Doha aparece nesse período como possibilidade de uma maior inserção do setor agroexportador, das economias em desenvolvimento, no mercado internacional. No entanto, a conjugação de regras pouco claras e a liberalização tímida de alguns dos importantes

mercados do primeiro mundo fizeram com que os resultados tenham ficado muito aquém das expectativas.

A economia agrícola baiana, nesse período, passou por algumas mudanças a começar com a forte crise, no final década de 1980, do seu principal produto destinado ao comércio exterior, o cacau. Novas perspectivas se abriram no Estado nesse período a começar pela indústria de celulose no extremo sul, da industrialização através de incentivos fiscais e mais recentemente com a questão do combustível renovável, o biodiesel.

No ponto que tange o setor agroexportador baiano, que foi durante muito tempo à base da economia, sobretudo pela exportação de cacau apresentou mudanças após o período da abertura comercial. Novas culturas agrícolas passaram a ter representatividade na pauta de exportação a exemplo da soja e da fruticultura, ambos com nos moldes do modelo produtivista.

Percebe-se a partir, da década 1990, uma reorganização espacial do setor agroexportador, abrindo novas perspectivas, novos vetores de desenvolvimento para regiões até então poucos exploradas comercialmente, a exemplo da região oeste e do baixo e médio São Francisco, as então ilhas de prosperidade.

As culturas tradicionais após um longo período de crise começam dar sinais de recuperação. Algumas com um rápido e crescente volume de exportação, como é o caso do algodão, outras com uma leve tendência de crescimento a exemplo do cacau. A exceção fica por conta do sisal que durante o período em estudo manteve suas exportações sem grandes oscilações.

O setor agrícola diminuiu sua importância na pauta de exportação total do Estado durante o período em estudo que pode ser explicado por outras atividades, que recentemente ganhou relevância na pauta de exportação, tais como a indústria de celulose e a indústria automobilística. Quando se considera o agronegócio como um todo, de acordo com o estudo de Viana (2004), observa-se que o setor agrícola apresenta, no período em estudo, tendência de crescimento na participação do PIB do Estado.

A taxa de crescimento das principais culturas agroexportadora do Estado, feito a partir do modelo econométrico desenvolvido nesse estudo, se mostrou satisfatório, na medida em que

pôde apresentar individualmente o desempenho de cada produto e seu grau de confiança. A cacauicultura foi o único produto que teve, durante o período em análise, uma taxa negativa de crescimento das exportações; as exportações baianas de cacau diminuíram 36,96%, em média a cada ano, sendo altamente significativo

O algodão foi o produto que teve a maior taxa de crescimento do período, cerca de 28% ao ano, com nível de significância de 4,62%. A fruticultura teve a taxa de crescimento com maior sustentação e altamente no período, 22,34% em média. A exportação de Café cresceu no período a uma taxa de 16,47% ,com nível de significância de 0,02%.O sisal ficou com a menor taxa de crescimento, 11,18% com nível de significância de 9,02%. A soja teve um crescimento anual de 26,60% com nível de significância de 0,17%.

Esses resultados mostram, grosso modo, que o setor agroexportador baiano ainda está aquém de suas potencialidades, apesar de alguns resultados positivos. Nessa perspectiva, a articulação da ação pública e privada deve ser crucial na superação de alguns obstáculos: infra-estrutura de rodovias, oferta de energia, reaparelhamento portuário e a própria inserção da agricultura familiar na economia global são alguns dos principais desafios a serem superados.

REFERÊNCIAS

ALABY, Michel Abdo. **Rodada de Doha - A rodada do desenvolvimento ou do protecionismo?** 2008. Disponível em: < http: netmarinha. uol.com. br/index.php?>. Acesso em: 15 set.2008.

ALICEWEB. **Estatísticas.** Disponível em: <http://aliceweb.desenvolvimento.gov.br/alice.asp >. Acesso em: 08 jan.2008.

ALVES, Luís André de Aguiar. Desempenho da economia baiana nos últimos 50 anos: uma análise com base nas grandes áreas**. Dinâmica sociodemográfica da Bahia: 1980-2000.** Salvador: SEI,v.1p. 81-96, 2003.

ALVES, Maria Odete; SANTIAGO, Eduardo Girão. Tecnologia e relações sociais de produção no setor sisaleiro nordestino. **Revista Econômica do Nordeste**, Fortaleza, v. 37, n. 3, jul.2006.

ANDRADE, Margarida; FIGUEIRÔA, Edmundo. Agricultura na década de 90: preços, âncora verde e descapitalização. Dez anos de economia baiana. **Bahia Analise e Dados.** Disponível em:<http://www.sei.ba.gov.br/publicacoes/publicacoes_sei/bahia_analise/sep/pdf/sep_57/pag_25.pdf 2002>. Acesso em: 04 mar.2008.

AGUIAR, M. Pinto. Notas sobre o "enigma baiano". **Planejamento**, Salvador, n. 4, p.123-136, out./dez. 1977.

BADARÓ, Celeste Cristina Machado. OMC reabre a rodada de Doha**. Análise, economia e comércio**. PUC-MG, mar. 2007. Disponível em: <http://www.pucminas.br/imagedb/conjuntura/CNO_ARQ_NOTIC20070418121747.pdf?PHPSESSID=91635700244a989b3fb6154c456fffb6>. Acesso em: 01 set. 2008.

BADO, Álvaro Labrada. Das vantagens comparativas à construção das vantagens competitivas: uma resenha das teorias que explicam o comércio internacional. **Revista de Economia e Relações Internacionais**, v. 3, n. 5, p. 05-20. jul. 2004.

BAHIA, a agricultura vai bem, obrigada, graças à irrigação. **Irrigação e Tecnologia Moderna,** Brasília, n. 58, p.8-16, 2003.

BAHIA. Secretaria de Agricultura, Irrigação e Reforma Agrária. **O agronegócio baiano 1995-2006**. Salvador, 2006.

BAHIA. Secretaria de Agricultura, Irrigação e Reforma Agrária. **Relatório de Governo.** Salvador, 2006.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior. **Estatísticas de comércio exterior**. Disponível em: <http://www.desenvolvimento.gov.br/sitio/interna/interna.php?area=5&menu=1104&refr=607>. Acesso em: 25 mar.2007.

CERQUEIRA, Patrícia da Silva; SCHMITZ, Arno Paulo**.** Determinantes da dinâmica e nível da ocupação da mão-de-obra rural na Bahia dos anos 90**.** In: SEI. **Dez anos de economia baiana**. Salvador, 2002.

COFECI - Conselho Federal dos Corretores de Imóveis. **Destaques e noticias do mercado.** Disponível em: < http://www.cofeci.gov.br/pagInternas/destaques.php?nDestaque=1424.>. Acesso em 05 out. 2008.

COUTO, Vitor de Athayde. O território do cacau no contexto da mundialização**. Bahia Análise e Dados**, Salvador, v.9, n.4, p38-52, mar. 2000.

COUTO FILHO, Vitor de Athayde de**.** Agropecuária baiana: transformações e impactos. **Bahia Análise e Dados**, Salvador, v.13, n.4, p. 835, mar. 2004.

FILGUEIRAS, Luiz. **Historia do Plano Real:** fundamentos, impactos e contradições. São Paulo: Boitempo, 2006.

GIAMBIAGI, Fabio; MOREIRA, Maurício Mesquita; PINHEIRO, Armando Castelar. **O Brasil na década de 90:** uma transição bem-sucedida? Rio de Janeiro,2001. Disponível em: <http://www.portella.ecn.br/textos/brasil90.pdf>.Acesso em : 08 jul.2008.

GORENDER, J. **Globalização, revolução tecnológica e relações de trabalho**. São Paulo: USP, 1996. (Série Assuntos Internacionais, 47).

GOBBO, Ednilza. **O Mercosul e a livre circulação de mercadorias**. Rio Grande do Sul: Unijuí, 2003.

GUJARATI, Damodar**. Econometria básica**. 3 ed. São Paulo: Markron Books, 2000.

GUERRA, Oswaldo; TEIXEIRA, Francisco. 50 anos de industrialização baiana: do enigma a uma exógena e espasmódica. **Bahia Análise e Dados**, Salvador, v.10, n.1, p.87, jun. 2000.

GUERREIRO, Fernando. **Fruticultura irrigada na Bahia.** Salvador. 2002. Disponível em: < http://www.desenbahia.ba.gov.br/recursos/news/video/%7B051A8AA6-316A-471C-8AD8-324548A7187F%7D_Artigo_07.pdf>. Acesso em: 07 jul.2008.

HUNT, E. K. **História do pensamento econômico**. Rio de Janeiro: Campus, 1982.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo agropecuário.** Disponível em: < http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/indicadores/agropecuaria/lspa/default.shtm>. Acesso em: 05 jun.2008.

IVO, Anete Brito Leal**.** Padrão de reprodução do capital na agricultura baiana (1940 a 1980)**. Caderno CRH**, Salvador, v. 1, n.6, 1987.

KRUGMAN, Paul R.; OBSTFELD, Maurice. **Economia internacional**: teoria e política**.** 5 ed. São Paulo: Makron Books, 2001.

LUCAS, Luiz Paulo Vellozo. **Abertura econômica e integração competitiva.** In: NOVENTA anos de economia brasileira: marcos institucionais e do desenvolvimento. 2005.

MAIA, Sinézio Fernandes; LIMA, Ricardo Chaves. **Abertura econômica brasileira e seu impacto sobre as exportações agrícolas**: abordagem de Mundell- Fleming usando auto- regressão vetorial. Nov.2001. Disponível em:<http://www.bnb.gov.br/content/aplicacao/ETENE/Anais/docs/ren2001_v32_ne_a21.pdf>. Acesso em:12 nov. 2007.

MARQUES, Mariano César; NONNENBERG, Marcelo José Braga; REZENDE, Gervasio Castro. **A abertura comercial, financiamento das importações e o impacto sobre o setor agrícola.** Rio de Janeiro: IPEA,1997. (Texto para Discussão, n. 498).

MATA, Henrique T. Costa; OLIVEIRA, Gilca Garcia; TEIXEIRA, Erly Cardoso. Análise das perspectivas da revisão da rodada do milênio sobre o mercado internacional de *commodities*. **Revista Paran. Desenv**. Curitiba, n.97, p. 49-69, set./dez. 1999.

MELO, Fernando Homem de. **A abertura comercial e o papel dos aumentos da produtividade na agricultura brasileira.** Disponível em: <www.ifb.com.br/download. Php?Tindex=estudos&id=7>. Acesso em: 06 jul.2008.

MENEZES, Ana Maria Ferreira. Esgotamento do padrão de financiamento do desenvolvimento no Brasil e análise de alternativas. Salvador: **Revista Desenbahia**, Salvador, n.5, set .2006.

MENEZES, Vladson. **O comportamento recente e os condicionantes da evolução da economia baiana**: tendências da economia baiana. Salvador: SEPLANTEC. 2000. Disponível em: < http://www.seplan.ba.gov.br/livro6/Introducoes_ok.pdf> Acesso em: 09 ago.2008.

NAYRO, Coelho Carlos**. A abertura da economia e a agricultura.** Disponível em: <http://www.mre.gov.br/CDBRASIL/ITAMARATY/WEB/port/economia/agric/abertura/apresent.htm>.Acesso em: 05 ago.2008.

NAKANO, Y. Globalização, competitividade e novas regras do comércio mundial. **Revista de Economia Política**, v.14, n.4, p.7-29, 1994.

NEVES, Renato Baumann. **Exportações e crescimento industrial no Brasil**. Rio de Janeiro: IPEA/INPES,1985.

OFFE, C. ; HINRICH, K. **Economia social do mercado de trabalho**: diferencial primário e secundário do poder. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1989. p 43-81.

OLIVEIRA, Ivan Tiago Machado**.** Livre comércio versus protecionismo: uma análise das principais teorias do comércio internacional. **Revista Urutágua**, Paraná, n. 11, dez.2007.

OLIVEIRA, Gilca Garcia de. **Exportações brasileiras**: diversificação, estabilidade e seleção de portfólio eficiente**.** Viçosa: UFV, 2002.

PEIXOTO, Cássio Ramos. A cultura da soja na Bahia: da defesa ao ataque. **Bahia Agrícola,** Salvador**,** v.7, n.1, set.2005.

PINHEIRO, Bruno Rodrigues; DIAS, Rodnei Fagundes**. Análise da pauta de exportações baianas com base nos critérios da UNCTAD para os anos de 1989-1996-2005:** a inserção baiana no

comercio internacional tem sido muito diferente da brasileira? 2007. Disponível em: <www.nec.ufba.br/artigos/Artigos/Textos_para_discussao/2007>. Acesso em: 20 out. 2007.

PORTER, Michael E. **A vantagem competitiva das nações**. São Paulo: Campus, 2001.

PROMO - Centro Internacional de Negócios da Bahia**. Estatísticas e análises do comércio exterior da Bahia.** Disponível em: <http://www.promobahia.com.br/doc/resultados/index.asp>.Acesso em: 05 ago.2008.

RICARDO, David. **Princípios de economia política**. São Paulo: Nova Cultural, 1996.
ROCHA, Alynson dos Santos; SOUZA, Roberta Lourenço de. Comércio exterior baiano: desempenho do setor agrícola. **Conjuntura e Planejamento**, Salvador, n.120, p.3-6. maio 2004.

SAMPAIO, Milton. **A lei Kandir, seus reflexos na arrecadação do ICMS do Estado da Bahia.** Disponível: em: <http://intranet.sefaz.ba.gov.br/gestao/rh/treinamento/monografia_ademar_jado_waterlo_gervani.pdf >. Acesso em: 28 jun. 2007.

SMITH, A. **A riqueza das nações**: investigação sobre sua natureza e suas causas. São Paulo: Nova Cultural, 1996.

SPINOLA, Vera; XAVIER, Marcelo. Desafios ao fortalecimento da cadeia do algodão: o caso da região oeste**. Revista Desenbahia**, Salvador, n. 4, mar. 2006. Disponível: <http://www.desenbahia.ba.gov.br/recursos/news/video/%7B7B03757B-B662-4236-ABB2-B304ECEB135F%7D_Desafios%20ao%20Fortalecimento%20da%20Cadeia%20do%20Algod%C3%A3o%20-%20o%20Caso%20da%20Regi%C3%A3o%20Oeste.pdf> . Acesso em: 09 set.2008.

TAVARES, M.C. As políticas de ajuste no Brasil: os limites da resistência. In: FIORI, J.L. **Desajuste global e modernização conservadora**. São Paulo: Paz e Terra, 1993, p. 75-126.

TAVARES, M.C. **Ciclo e crise**: o movimento recente da industrialização brasileira. Rio de Janeiro: UFRJ, 1978. Mimeo.

UNCTAD. **Standard international trade classification**. Revision 4. New York and Genebra, 2006. Department of Economics and Social Affairs. Disponível em: <http://www.unctad.org>. Acesso em: 05 mar.2008.

ULHOA, Wander. **Estratégias competitivas no Brasil e abertura comercial na década de 90.** Disponível em : <http://www.cesuc.br/revista/ed3/ESTRAT_COMP_NO_BRASIL_E_ABERTURA_COMERC_NA_DECADA_DE_90.pdf>. Acesso em: 25 jul.2008.

VIANA, João Aurélio Soares. Agronegócio baiano: história recente de uma revolução silenciosa. **Bahia Análise e Dados**, Salvador, v. 13, n. 4, p. 851-867, mar. 2004.

VIANA, João Aurélio Soares. Exportações do agronegócio baiano*:* um sinal de competitividade. **Bahia Agrícola**, Salvador, v. 7, n. 1, p. 61-72, set.2005.

VIEIRA, Luis Mario Ribeiro; SOUZA, Roberta Lourenço de. **Políticas comerciais e barreiras às exportações baianas**. Disponível em: <www.sei.ba.gov.br/publicacoes/pub1>. Acesso em: 01 jul. 2007.